

1ª MESA REDONDA

A REFORMA CONSTITUCIONAL, SUAS IMPLICAÇÕES SOBRE A INTEGRAÇÃO DE MERCADOS E COMPETITIVIDADE, E O DESENVOLVIMENTO NACIONAL EQUILIBRADO

COMPOSIÇÃO DA MESA:

Cid Gomes

Presidente da Assembléia Legislativa

Governador em exercício do Estado do Ceará;

Cícero Lucena

Secretário Especial de Políticas Regionais;

Byron Costa de Queiroz

Presidente do Banco do Nordeste do Brasil;

Miguel Arraes

Governador do Estado de Pernambuco;

José Targino Maranhão

Governador em exercício do Estado da Paraíba;

Waldeck Ornellas

Senador pelo Estado da Bahia;

Ronaldo Cunha Lima

Senador pelo Estado da Paraíba;

Lúcio Alcântara

Senador pelo Estado do Ceará;

Benito Gama

Deputado Federal pelo Estado da Bahia;

Firmino de Castro

Deputado Federal pelo Estado do Ceará;

Vicente Arruda

Deputado Federal pelo Estado do Ceará;

B. Sá

Deputado Federal pelo Estado do Piauí;

Nilson Holanda

Secretário Executivo da Secretaria de Políticas Regionais;

Roberto Cláudio Frota Bezerra

Reitor da Universidade Federal do Ceará;

General Nilton Rodrigues

Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste;

Jorge Jatobá

Assessor Especial do Ministério do Trabalho;

Régis Bonelli

Diretor de Planejamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;

Werner Bäer

Professor da Universidade de Illinois (USA);

Armando Monteiro Neto

Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco;

Ângelo Calmon de Sá

Presidente do Grupo Econômico.

COORDENAÇÃO DA MESA:

Presidente: Cícero Lucena

Moderador: Nilson Holanda

Expositores:

(em ordem de apresentação)

Waldeck Ornellas

Firmino de Castro

Werner Bäer

Ângelo Calmon de Sá

José Targino Maranhão

Debatedores:

(em ordem de apresentação)

Vicente Arruda

B. Sá

Régis Bonelli

Jorge Jatobá

Benito Gama

Cicero Lucena

1

Minhas senhoras e meus senhores,

Inicialmente gostaria de parabenizar esta Casa, por completar os seus 43 anos de existência, reconhecendo o seu valor e o trabalho de sua equipe, com o objetivo de dotar a Região Nordeste de condições de aproveitar os seus potenciais e a sua capacidade de realização.

Em nome do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em nome do Presidente em exercício, Dr. Marco Maciel, e em meu nome, parabenizo a todos que compõem essa Casa, desde a sua fundação até os dias atuais.

Sem dúvida é motivo de alegria e satisfação estar participando, à coincidência desta data de aniversário, de um fórum onde iremos discutir os paradigmas do desenvolvimento nacional equilibrado. Até porque o programa do Governo Fernando Henrique Cardoso estabelece que, para que possamos ter, no Brasil, um desenvolvimento equilibrado e justo socialmente, terão de ser tratados, em primeiro instante, os potenciais de cada região e a participação do Governo Federal, dos Governos Estaduais e Municipais, bem como a convocação da iniciativa privada, para que juntos possam encontrar os caminhos e as soluções dos problemas nacionais.

O Presidente tem dito e tem reafirmado que o País não pode crescer nem pode se desenvolver, se porventura não houver um crescimento e um desenvolvimento equilibrado, principalmente corrigindo os desequilíbrios regionais.

Então, é com satisfação que participamos dessa solenidade, considerando que estão abertos os trabalhos do Fórum Novos Paradigmas do Desenvolvimento Nacional Equilibrado. Muito Obrigado.

Passo então a palavra ao moderador, Dr. Nilson Holanda, para a condução dos trabalhos.

Nilson Holanda

A minha função como moderador é a função bastante antipática de controlar o tempo e procurar manter o andamento dos trabalhos de acordo

com a programação estabelecida. Cada expositor terá dez minutos e vou me permitir a liberdade de avisá-lo quando faltarem dois minutos. Vamos iniciar então as exposições, começando pelo senador Waldeck Ornellas, do Estado da Bahia.

Waldeck Ornellas

Senhoras e senhores,

Basta ter lido os jornais dos últimos dias para vermos que o aspecto substantivo da questão do desenvolvimento regional eclodiu, só que eclodiu justamente onde não deveria eclodir, no Sudeste. A perda por São Paulo de uma unidade automotiva para o Estado do Rio de Janeiro, que, em princípio, é bom para a economia nacional, em termos de desconcentração, na verdade põe a nu, destaca dois aspectos altamente preocupantes do ponto de vista da política nacional de desenvolvimento regional.

Primeiro é a total, clara e absoluta omissão e ausência do Governo da União em relação à política de desenvolvimento regional. Isso tem feito com que os Estados busquem, cada um a seu modo, encontrar caminhos para promover o seu desenvolvimento.

O segundo aspecto, extremamente preocupante, é que um Estado como o Rio de Janeiro, que é a segunda mais importante economia estadual do Brasil, está fazendo uma coisa que antes era privativo dos Estados pobres: criando e oferecendo incentivos, incentivos financeiros. Não somente isto, mas no limite máximo da sua capacidade e da sua competência, que é o equivalente a 75% da arrecadação do ICMS. Ora, é preciso considerar que o próprio Estado de São Paulo está, ele mesmo, oferecendo incentivos, oferecendo subsídios, no caso específico, em relação à informática.

Não aceito, nesta questão, a denominação que tem sido equivocadamente aplicada de guerra fiscal. Trata-se, na verdade, de incentivos financeiros. Mas, de outro lado, é preciso que se estabeleça um limite, um patamar, para que esses incentivos possam ser fixados. E, aqui, quero deixar uma primeira contribuição, ou uma primeira provocação, em relação aos Estados nordestinos.

Nós precisamos ter esses limites fixados em bases regionais, uniformemente dentro de cada região, e estabelecidos através do Senado Federal, para

que se preserve uma política efetiva de estímulos à desconcentração econômica e particularmente em relação à desconcentração industrial. Na verdade, o que nós temos observado é que as regiões mais pobres têm sido sistematicamente garfadas por medidas de política econômica.

A depreciação acelerada, atribuída à indústria automobilística, representará, segundo estimativas da Secretaria de Orçamento do Ministério do Planejamento, no exercício de 1996 - para o próximo exercício portanto - uma renúncia fiscal da ordem de R\$ 600 milhões. Isso significa três anos de FINOR. Isto equivale a três anos de incentivos fiscais do Imposto de Renda para o Nordeste. Enquanto isto, para elevar o capital do Banco do Nordeste, reservam-se 10% dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, do FNE.

O que é que equivale isto? 10% equivaleria provavelmente a algo em torno de R\$ 30 milhões/ano. Não se tem esse dinheiro para o Nordeste, mas se pode dar 600 milhões para a indústria automotiva. Quer dizer, no caso do Nordeste, temos de frigar o corpo com a própria banha, com recursos que já são da Região e que foram, aliás, a única conquista efetiva e objetiva que o Nordeste teve na Constituinte de 88. Porque a regionalização dos investimentos públicos, seja nas estatais, seja na própria União, não se concretizou jamais, sequer nas propostas orçamentárias anuais.

O Banco do Nordeste pode até aceitar, até por uma questão de disciplina, esse dispositivo. Mas o Nordeste não pode, em nenhuma hipótese, admitir este tipo de tratamento. Mas vamos mais adiante. O crédito presumido do IPI atribuído aos contribuintes exportadores, em compensação às contribuições do COFINS e do PIS-PASEP, representa uma sangria de cerca de 800 milhões, com graves reflexos sobre o Fundo de Participação dos Estados, sobre o Fundo de Participação dos Municípios, e outra vez sobre os Fundos Constitucionais do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste.

Dessa forma, embora não tenha ainda desonerado as exportações, o que deverá ser feito através do ICMS, os fundos de participação já sofreram um corte equivalente ao impacto que terá aquela medida, sem que desta forma tenha havido qualquer compensação.

Outro aspecto preocupante são as notícias que se lêem nos jornais, de que teríamos uma destinação de nada menos do que R\$ 6 bilhões para permitir que o Estado de São Paulo pague parte da sua dívida com o

BANESPA. E eu pergunto: quanto custou o fechamento do Banco do Rio Grande do Norte? E o da Paraíba? E o do Piauí? Decididamente o somatório dos três deveria dar algo aí como 5% desse valor. Na verdade, pune-se quem saneia os seus bancos, como é o caso do Ceará, como é o caso da Bahia, e premia-se aqueles que depredam, dilapidam patrimônios. Esta é a realidade que nós estamos vivendo.

Como se já não bastasse que os quatro grandes Estados da Federação, os quatro mais endividados em termos mobiliários - São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul - estão tendo trocadas 100% das suas letras mobiliárias pelas Letras do Tesouro, da União Federal. Estamos pagando, o Nordeste tem pago, senhores, um alto preço pelo fato de contar com incentivos fiscais explícitos, porque os outros, por via oblíqua, têm concentrado fortemente os subsídios e os incentivos em nosso País.

É preciso uma nova política de desenvolvimento para o Nordeste e, sem dúvida, aqui temos de fazer a nossa autocrítica. Precisamos romper com uma tradição de um planejamento autárquico e globalizado e trabalharmos firmemente no sentido de um planejamento estratégico.

Vejam que os Estados nordestinos têm feito esforço nessa direção. O PRODETUR, programa de apoio ao turismo, de que o Banco do Nordeste é o intermediário financeiro no caso dos recursos do BID, é programa que resulta da interação das ações dos governos nordestinos, sem qualquer participação financeira direta da União. E aqui nós podemos promover o desenvolvimento, ainda, mediante a incorporação de fatores ociosos, ademais dos ganhos de produtividade, sem incorrer ainda nas deseconomias externas que o Centro-Sul já apresenta.

Neste momento, vivemos outra encruzilhada. Temos aí uma política de concessões de serviços públicos e temos uma política de privatizações, que são necessárias e indispensáveis para o desenvolvimento do País, mas que vão beneficiar somente o Sudeste, porque esses capitais privados vão fundamentalmente dirigir-se para lá.

É preciso que se tenha uma política clara e que os investimentos de infra-estrutura do Governo Federal se dirijam fundamentalmente para as regiões mais pobres, como efetiva política compensatória e, aliás, como cumprimento de uma regra constitucional, que é a da regionalização dos investimentos.

Este ano, o Brasil contratou com o Banco Mundial apenas US\$ 550 milhões, quando poderia ter contratado US\$ 2 bilhões, que seriam, aliás, extremamente interessantes para as nossas divisas. No entanto, deixou-se essa lacuna, quando deveria ter sido ocupada com uma forma de compensar o Nordeste em relação à tendência natural de concentração que a economia apresenta.

O Nordeste precisa efetivamente reagir, para evitar que, em pouco tempo, tenhamos diluídos os esforços e as parcas conquistas que foram obtidas em 43 anos de luta, a partir da criação do Banco do Nordeste do Brasil. Muito Obrigado.

Nilson Holanda

Passo a palavra ao deputado federal Firmo de Castro, do Estado do Ceará.

Firmo de Castro

Minhas senhoras e meus senhores,

A experiência de desenvolvimento regional no Brasil tem praticamente a mesma idade que tem o Banco do Nordeste. São cerca de quatro décadas de iniciativas as mais diversas, as mais densas ou menos densas, as mais bem sucedidas ou as menos bem sucedidas, que variaram sobretudo em função do cenário político, no meio do qual essa experiência se desenvolveu.

Eu diria que, de maneira mais simples, nós tivemos três cenários importantes que caracterizaram três experiências diferentes. Mencionaria o cenário do final dos anos 50, princípio dos anos 60, que pontificou como o primeiro grande avanço na linha do desenvolvimento regional. É claro que à época, dentro de uma visão mais parcial, eu diria um tanto quanto limitada, até, ao esforço no Nordeste, mas representando o rompimento com a visão puramente unitária que se tinha do Brasil Colonial, do Brasil já no processo inicial de industrialização.

Foi um momento de grande efervescência no campo do desenvolvimento regional. A SUDENE representou um fórum de concentração e de convergência, de reivindicações, de movimentos políticos, gozando de uma

autonomia que poderia ser sintetizada na possibilidade de gerar os planos diretores, com a legitimação através do Congresso Nacional.

O segundo cenário foi aquele que se estabeleceu a partir do Golpe de 1964, do estabelecimento do regime autoritário, e de uma mudança institucional muito forte na condução do desenvolvimento regional. Passou em certa medida até a ser confundido como movimento subversivo.

E um terceiro cenário, que foi consubstanciado pela Assembleia Nacional Constituinte, cenário da redemocratização, cenário que permitiu que se pudesse colocar em novos termos a questão do desenvolvimento regional. O arcabouço político-institucional que hoje se tem a partir da Constituição de 88 é um arcabouço muito importante, porque estabelece a possibilidade de desenvolvimento regional. E não só a possibilidade, mas a conveniência, a importância, a partir desse novo cenário que veio com a redemocratização.

Essa longa trajetória, na verdade, como eu já frisei, nos trouxe resultados positivos, resultados negativos. Mas não se pode dizer que o Brasil viveu, de maneira mais permanente, uma política, ou um programa, ou um esforço de desenvolvimento regional consequente, bem arrumado, e que fosse presença na agenda nacional.

Quando parece que nós estávamos a descobrir o que seria uma nova forma de fazer desenvolvimento regional, a partir de uma visão nacional, - e a Constituinte muito avançou nesse campo - de repente, o mundo passa por um processo muito profundo de transformação e se estabelece um cenário novo para o qual nós não estamos preparados para inserir o objetivo do desenvolvimento regional.

De repente, nós temos que retomar os nossos objetivos de desenvolvimento regional dentro de um novo cenário, onde prevalecem a globalização, a integração de mercados, a louvação à eficiência e à competitividade. Surge aí a primeira grande indagação e preocupação: será que nós sabemos fazer desenvolvimento regional de forma ajustada a esses grandes outros objetivos que se impõem às economias do mundo como um todo e em especial à brasileira?

Hoje, portanto, talvez pouco possamos aproveitar dessas quatro décadas passadas de desenvolvimento regional. Porque as regras do jogo, por assim dizer, mudaram. Mudaram efetivamente. Então nós temos já exemplos

muito claros de que o nosso comportamento tem de ser um comportamento diverso do que foi até há pouco tempo atrás.

Se nós tomarmos as reformas constitucionais como o espelho de como se internalizam os objetivos da modernidade, da globalização, da integração econômica, nós vamos ver quanto o desenvolvimento regional vai ter de ser trabalhado de maneira diferente. Aí estão as reformas econômicas, constitucionais ou não, aprovadas pela Câmara e em fase final de aprovação pelo Congresso. E como o senador Ornellas já disse, elas trazem em si, pela sua própria natureza, quer através do regime de concessão, quer através das linhas de privatização, resultados preocupantes do ponto de vista regional.

As mudanças estruturais que advirão a partir dessas mudanças econômicas com toda certeza vão ter o cunho da concentração. Não precisa aqui estar mencionando que na hora que se for privatizar uma RFFSA, certamente que os investimentos principais vão para aqueles ramais mais rentáveis. Conseqüentemente, os investimentos vão para aquelas regiões onde esses ramais estão, onde a concentração já se fez presente. Se se vai admitir investimentos privados na linha de concessão, da mesma maneira. A eficiência e a rentabilidade vão estar exatamente nas áreas mais ricas.

Se nós imaginarmos as reformas operacionais que estão à vista - eu mencionaria só *en passant* a tributária - da mesma maneira nós temos de levantar a bandeira da preocupação do ponto de vista das regiões mais pobres. O que se está desenhando aí é uma reforma tributária concentradora, que visa, sobretudo, ou equacionar o problema da União, problema fiscal, ou equacionar, com razão, problema da oneração das exportações, ou desonerar a cesta básica, ou desonerar o investimento, ou coisa parecida. Pouco se está desenhando no sentido de se fortalecer a Federação, se preservar a autonomia de Estados e Municípios e, muito menos, em se utilizar o sistema tributário como instrumento de redistribuição ou de promoção de justiça social.

Se nós imaginarmos ao lado disso a reforma institucional que está em curso, a reforma do Estado, todos os pontos que são arrolados - estabilidade ao servidor, redução da máquina estatal, que passa por enxugamento desastrado do Banco do Brasil etc. — em nenhum momento essa reforma institucional tem-se referido à necessidade de se garantir uma das únicas funções que não se questiona do Estado, que é de promover maior equilíbrio econômico, regional e social, conseqüentemente, de preservar instituições e instrumentos de desenvolvimento social e regional.

Quer dizer, há, na verdade, uma completa ausência de objetivos de desenvolvimento regional, no contexto de toda essa mudança que se processa, mudança que se faz necessária do ponto de vista do País, do ponto de vista nacional, mas que precisa ser acompanhada de uma atuação, de uma intervenção estatal, que neutralize os efeitos perversos do ponto de vista territorial.

MERCOSUL é um programa nacional, multinacional, irreversível, que se torna necessário do ponto de vista do País, mas que, não se pode desconhecer, é um programa de efeitos concentradores, que vai ter e que já está tendo resultados também negativos do ponto de vista das regiões periféricas, principalmente Norte e Nordeste.

É fácil entender que a lógica econômica que prevalecia num Brasil quase autárquico e fechado permitia uma integração dessas regiões mais pobres com o Sudeste e o Sul, ao longo de todo um processo de desenvolvimento regional. Hoje, na medida em que se faz a integração intercontinental, parte da economia nacional que, em princípio, potencialmente se integrava ao Norte e ao Nordeste, passa a se integrar com outras economias nacionais, no caso, as integrantes do MERCOSUL, deslocando certamente as regiões mais pobres do País que não podem, ou por questões de eficiência ou por questões de transporte, efetivamente, acompanhar as transformações do MERCOSUL.

Então o cenário que aí está, irreversível, é um cenário que está a exigir uma posição firme do Estado brasileiro. E o Estado, nesse instante, em situação muito difícil, não está conseguindo discernir, a meu juízo - apesar de ser o governo do meu partido, da social democracia - não está conseguindo enxergar claramente a situação dos que estão em desvantagem.

Em síntese, eu diria que estamos diante de um cenário novo, mas também estamos diante de um dilema muito antigo, que é saber até onde nós vamos no caminho da eficiência, e até onde nós vamos buscar a equidade e a justiça social.

Temos de ir pela globalização, pela integração dos mercados. Nós temos que nos pautar pela eficiência e competitividade. Certamente, não há nenhuma dúvida. Mas não é só isso. Nós temos de buscar um ponto de equilíbrio. E, em nome do desenvolvimento nacional mais equilibrado, da maior justiça social, o Estado vai ter de trazer a si ainda a responsabilidade de, pelo princípio da equidade, intervir nos mecanismos de concentração

indesejáveis e fazer com que a gente possa ter um desenvolvimento regional mais justo, no novo contexto da globalização e da integração intercontinental dos mercados.

É esta a provocação que faço e que espero, despretensiosamente, possa servir de elemento para os debates que se sucederão, certamente de bom nível, pelas autoridades e os demais expositores e debatedores que, como o senador Waldeck Ornellas, têm todas as condições de pôr bem esta questão. Muito obrigado.

Nilson Holanda

Muito obrigado. Tenho a satisfação de passar a palavra ao Professor Werner Bäer, da Universidade de Illinois.

Werner Bäer

Muito obrigado. É uma grande honra, para um estrangeiro, participar de uma mesa redonda com líderes de uma região como a região Nordeste, especialmente também na presença de pessoas que respeito muito, os grandes estudiosos dessa região, como o Dr. Nilson Holanda, Osmundo Rebouças, e também estudiosos nacionais, como Jatobá e Bonelli.

Pouca coisa eu posso dizer que talvez seja novidade aqui, mas talvez vindo da boca de um gringo possa provocar algumas reações. Uma coisa interessante na política regional é que antigamente a política regional do Brasil se discutiu dentro de uma economia fechada. Dentro de uma economia fechada, a retórica foi para desenvolver a indústria. Isso prejudicou o Nordeste, porque as relações de troca se voltaram contra o Nordeste, que exportou produtos primários e teve de importar, do Sul, produtos manufaturados a custos muito altos. E também os investimentos de infra-estrutura que se fizeram no passado foram feitos para fortalecer a indústria no Centro-Sul do País.

Antigamente, a política regional foi uma reação; foi, digamos, uma política de redistribuir alguma parte do crescimento para o Nordeste, para satisfazer os interesses políticos do Nordeste. Hoje em dia, me parece, como os senhores já estão ouvindo, há uma nova realidade. Uma economia aberta, uma economia privatizada, uma economia de mercado. Então o problema é: qual deveria ser uma política nacional dentro desse novo ambiente? Infelizmente, fora desse Fórum, há poucas discussões.

Uma coisa que me preocupa muito no Brasil é o fato de que se fala muito pouco sobre estrutura. Qual deveria ser a estrutura da economia brasileira, da economia do Nordeste, no início do Século XXI?

Todos os economistas, a maioria deles, se concentram em coisas de curto prazo: taxa de câmbio, taxa de juro etc. Mas falando de estruturas, é uma coisa que parece ser do passado, na economia chamada economia de mercado.

Bom, qual é a influência dessa nova realidade sobre o Nordeste? Primeiro, como já foi mencionado, a privatização. Se a economia é privatizada, se as grandes empresas estatais estão sendo privatizadas, se o mercado deveria indicar onde os investimentos deveriam ser feitos, então não há política regional. O mercado é que vai determinar isso e, como já foi dito, é possível que o mercado vá indicar que é melhor investir no Centro-Sul do País e qualquer favorecimento de uma região mais desfavorecida como o Nordeste ficaria de lado.

A pergunta é: dentro de uma economia privatizada, dentro de uma economia de mercado, qual deveria ser o papel do Estado influenciando, digamos, o setor privado a aumentar seus investimentos numa região como a região Nordeste? Essa é uma coisa que eu não sei; não sei que tipo de instituições vocês querem desenvolver para fazer uma política regional dentro de uma economia privatizada, uma economia de mercado.

Outra coisa que é muito interessante: a negligência da infra-estrutura no Brasil, o problema da falta de conservação de estradas, digamos, a falta de investimentos em infra-estrutura de produção de energia, até que ponto isso prejudica não somente o Brasil mas prejudica ainda mais o Nordeste do Brasil? Isso é também uma coisa estrutural que acho que vale a pena desenvolver.

Foi mencionado o MERCOSUL. A lógica do MERCOSUL é que, para participar nesse mercado, naturalmente mais investimentos vão ser feitos no Centro-Sul ou no Sul do País, para efetivamente concorrer. Talvez a resposta para o Nordeste seja da participação mais ampla, no futuro, no Nafta. Um aumento do Nafta que concentraria o mercado mais na região Norte e com essa região Norte a localização do Nordeste é obviamente favorecida. Talvez uma integração regional mais ampla seja uma indicação que poderia favorecer essa região.

Também com a globalização do mercado - essa é uma outra pergunta interessante - com a tendência das multinacionais de investir globalmente e produzir componentes em várias partes do mundo, até que ponto o Nordeste do Brasil poderia ser uma plataforma de exportação? Uma plataforma de exportação de produtos semi-manufaturados e participando mais ativamente no mercado internacional, porque a maioria das exportações globais hoje em dia são exportações de produtos semi-acabados, que vão atravessar uma fronteira internacional mas vão ficar dentro da mesma empresa multinacional. Talvez seja também uma nova realidade, um novo paradigma, que precisa ser discutido.

Eu gostaria de fazer uma provocação, baseado no meu País, os Estados Unidos. Nos Estados Unidos não temos uma política regional, mas houve muitas mudanças regionais. O crescimento do Sul dos Estados Unidos, o crescimento do Centro-Oeste, são o resultado de nosso sistema político. Os políticos do Sul dos Estados Unidos são muito poderosos e, por causa do seu poder, uma grande parte da indústria bélica se localizou no Sul do País, há 20, 30 anos, e essa localização favoreceu o desenvolvimento secundário da indústria no Sul dos Estados Unidos. E a região Sul se recuperou.

Por que a Nasa está em Houston? Não é que o mercado favoreceu Houston, mas é que, simplesmente, os políticos texanos, especialmente Lyndon Johnson, tinham um poder muito grande de indicar Houston como a sede da nossa política espacial. Então me parece que uma atuação política ativa de uma região não favorecida é muito importante para conseguir mais verbas. Não somente argumentos de eficiência, entre aspas.

Outra coisa que é muito interessante para mim - uma discussão muito polêmica nos Estados Unidos - é a concorrência entre estados para captar investimentos internacionais. Toda essa retórica hoje em dia, sobre Rio de Janeiro, com a localização da Volkswagen, é uma retórica velha nos Estados Unidos. O Estado de Carolina do Sul, por exemplo, é um estado que captou muitos investimentos alemães. Por quê? Porque dão favores fantásticos para as indústrias multinacionais da Alemanha para localizar suas fábricas na Carolina do Sul.

Mas eles estão pagando um preço por isso. O preço é que simplesmente os gastos em educação e os gastos em infra-estrutura social estão diminuindo nesses estados, porque com a atração dessas multinacionais para esses estados a possibilidade de dar esse serviço de infra-estrutura social está diminuindo.

Então vocês têm de fazer um cálculo de custo benefício se querem atrair mais indústrias para uma parte mais pobre do País. Essa é uma coisa que vale a pena ser estudada. Não que seja necessariamente ruim, mas a concorrência de Estados através de favores fiscais é uma realidade que, talvez, vocês possam, até certo ponto, copiar.

Outra coisa - esses são meus comentários finais - que vale a pena estudar é: qual é a razão do insucesso da política regional da Itália? Já faz quase 50 anos que eles têm essa política no Mezzogiorno, de tentar transferir mais atividades para o Sul da Itália, sem muito sucesso. E do outro lado, qual é a política que parece ter um sucesso muito grande na Alemanha, com sua nova região subdesenvolvida ou menos desenvolvida, que é a Alemanha Oriental? Parece que a sociedade alemã estava pronta para fazer o sacrifício de aumentar os impostos substancialmente para recuperar e reintegrar a Alemanha Oriental dentro da Alemanha reunida.

Essa talvez seja uma lição interessante que os contribuintes brasileiros dos estados mais avançados deveriam talvez olhar e apreciar: o que se pode fazer se existe uma unidade nacional. Se uma região mais favorecida como a Alemanha Ocidental está pronta, politicamente, a fazer um sacrifício para reintegrar uma região menos desenvolvida, talvez seja uma lição para o Brasil, que pode ser integrada dentro da política regional do Brasil. Muito obrigado.

Nilson Holanda

Muito obrigado. Passo a palavra ao Dr. Ângelo Calmon de Sá, Presidente do Grupo Econômico.

Ângelo Calmon de Sá

Minhas senhoras e meus senhores,

Depois dos expositores que me antecederam, fica difícil contar alguma coisa de novo em relação a essa problemática do desenvolvimento regional. Mas acho que está muito claro que o desenvolvimento regional no nosso país se impõe, até por disposições constitucionais. E o que se vê hoje, dentro desse cenário que foi mencionado pelo deputado Firmo, de globalização, é uma falta de sensibilidade para aquilo que é uma realidade.

Não se pode tratar desiguais de uma forma igual porque isso significa a manutenção das desigualdades. Essa é a essência, eu diria, do problema. E tomaria até um exemplo que o professor Werner deu agora. Acontece que eu conheço o detalhe dos mecanismos. A Alemanha, para que os seus patrícios e estrangeiros investissem na Alemanha Oriental, montou um fabuloso mecanismo de incentivos fiscais e financeiros, que chegam a ser, perdoem-me a expressão, quase que indecentes, tais as vantagens que são oferecidas aos alemães ou aos estrangeiros que resolvem investir na Alemanha Oriental.

É assim: para cada real investido, ganha cinco de financiamento à taxa de 2% ao ano; não paga impostos por não sei quantos anos; quer dizer, não há nada de novo no mundo em relação ao que se deve fazer quando se quer eliminar desigualdade dentro de um país. O que está ocorrendo, é que nós estamos esquecendo disso. Não nós, mas o Governo Federal e a sociedade brasileira na sua parte econômica mais forte.

Como disse aqui o senador Waldeck Ornellas, é curioso que esse problema tenha eclodido na hora em que dói o calo de um dos mais desenvolvidos. O que eu acho, acima de tudo, é que o problema de uma política de desenvolvimento regional é um problema de decisão política. Não adianta imaginar que se vai fazer alguma coisa nessa direção sem que haja uma pressão política. Como foi dito aqui pelo professor Werner, as decisões de colocar indústrias bélicas no Sul dos Estados Unidos foram decisões políticas, por quem tinha poder político. Eu acho que o Nordeste, com os governadores que tem, com as lideranças que tem, com a representação que tem no Senado e na Câmara, tem todas as condições de conseguir isso.

Vou dar mais um exemplo da importância da decisão política. Não existe no Brasil nenhum setor industrial que tenha a sua maior concentração ou atividade, ou a sua maior empresa, ou o seu maior complexo, fora do eixo do Sudeste, com uma única exceção: a indústria petroquímica nacional. Porque, por uma decisão política, foi construído o maior complexo petroquímico nacional na Bahia, em Camaçari. Foi uma decisão política. Então é preciso que todos nós, particularmente a classe política do Nordeste, entendamos que a ação principal cabe a ela. Ela terá de pressionar e usar sua força política para conseguir aquilo que já foi dito aqui por todos: que os desiguais sejam tratados de forma desigual e não, igual.

Como, foi a pergunta do professor Werner. Eu acho que o próprio senador Waldeck Ornellas - e se não me engano o deputado Firmo - indicou

algumas formas. Não há como imaginar que dentro dessa competição, dessa globalização, dessa preocupação com o custo Brasil - e nós temos que ter a preocupação do custo Nordeste para podermos competir - não se vá prover essa região de infra-estrutura adequada, não só econômica mas social.

O que faz um país desenvolvido não são os seus recursos naturais, são seus recursos humanos. A qualidade deles. Nós precisamos investir mais em educação. Não temos todos os recursos de que precisamos. Então, o Nordeste deve receber mais recursos para a construção da sua infra-estrutura social, melhor qualificação de seus recursos humanos e uma melhor infra-estrutura econômica.

Essa é a primeira coisa que nós temos de conseguir, porque já que as decisões vão ser tomadas doravante dentro de uma economia de mercado, o empresário vai decidir em função daquela localização que seja melhor sob todos os seus pontos de vista. A exceção é só quando há uma vantagem competitiva baseada num recurso natural, tipo uma jazida de minério de ferro. Não dá para fazer Carajás em São Paulo, Carajás tem que ser feito lá onde ele é.

Não dá para pensar que o Sul tenha a capacidade de atrair o turismo que nós temos. Não dá para pensar em fazer irrigação na escala que o Nordeste pode fazer porque lá não tem. Mas se não vier a infra-estrutura para apoiar essas vantagens naturais competitivas, ou seja, a vantagem competitiva criada por uma ação política, nós não vamos poder desenvolver o Nordeste na velocidade maior que precisa para evitar esse desequilíbrio regional.

Quero também aproveitar para dar alguns testemunhos sobre o que o deputado Firmo e o senador Waldeck disseram, de que hoje não existe política regional. Vou citar o exemplo de uma instituição que dirigi quando no Governo do Presidente Geisel, o Banco do Brasil. Quando lá cheguei, o Banco do Brasil tinha 10% das suas aplicações totais no Nordeste e tinha 11% no Rio Grande do Sul.

O Presidente Geisel era do Rio Grande do Sul mas o que ele me disse foi: "eu quero ver as aplicações do Banco do Brasil elevadas a 20% e não quero isso em prazo longo, Ângelo, eu quero no máximo em dois anos." E ele me cobrava e nós acabamos conseguindo, já em 1976, colocar 20% das aplicações do Banco do Brasil na região Nordeste. Hoje essas aplicações estão reduzidas a menos de 5%.

O sistema financeiro, em todos os lugares do mundo, está ao lado do processo de desenvolvimento, porque desenvolvimento significa investimento, investimento precisa de poupança e de financiamento, e o que a gente vê - e os números estão aí para mostrar - é que estão minguando não só o sistema financeiro sediado no Nordeste, como as aplicações das instituições financeiras do Governo Federal que estão com sua sede fora da Região.

Como nós vamos poder promover o desenvolvimento do Nordeste se a participação das instituições financeiras com sede no Norte e no Nordeste não representa mais do que 5% do sistema financeiro nacional, uma parcela muito abaixo do que é a representação do PIB do Nordeste, do Norte, no Produto Nacional? Nós só vamos andar para trás. Então tudo isso demanda uma ação política.

No passado, existiam tratamentos diferenciados às instituições financeiras que agiam no Nordeste, em matéria de compulsório. Hoje não existem mais. Foram eliminando todas essas vantagens que queriam corrigir desigualdades. Na hora em que as instituições são tratadas todas da mesma forma, como é que nós vamos eliminar as desigualdades? O que se vê hoje são instituições financeiras do Nordeste mudando as suas sedes para o Centro-Sul porque não é mais vantagem ter sede aqui; é muito melhor ter a sede lá.

Nós, Banco Econômico, não mudamos a sede, mas hoje o maior volume de recursos nossos é lá no Centro-Sul, mas nós pelo menos captamos lá para trazer para cá. E os outros, o que é que fazem? Captam aqui e levam para lá. Quer dizer, é um processo em que ou há decisão política de estabelecer, de fato, tratamentos desiguais para os desiguais ou nós não vamos fazer política de desenvolvimento regional. Isso é assim na França, isso foi assim na Alemanha, nos Estados Unidos, em todos os países.

Sobre o processo de desconcentração industrial, o Brasil é o único país do mundo que tem uma concentração industrial do tamanho da que nós temos em São Paulo. Eu cansei de ouvir, quando Ministro da Indústria e Comércio, os ministros alemães dizerem: "a cidade no mundo onde há mais indústrias alemãs é São Paulo. Não é na Alemanha. Não existe nenhuma cidade que tenha tanta indústria alemã, nenhuma."

No Brasil nós conseguimos botar numa cidade só a Bayer, a Hoechst e a Basf. Isso não existe na Alemanha. Eu conheço, eu visitei Leverkusen, que é a cidade da Bayer. Mas a Bayer não está junto com a Hoechst nessa

cidade. Lá o desenvolvimento é descentralizado dentro de um país muito menor do que o nosso. É igual na França. Eu estudei uma vez o sistema fiscal na França: é quase proibitivo. É proibido, praticamente, alguém pensar em fazer uma indústria em Paris. Não pode porque o imposto é um absurdo, enquanto que à medida que você se afasta e vai para regiões mais centrais o imposto vai diminuindo.

Quer dizer, nós não estamos pedindo nada de novidade. O político do Nordeste que vestir essa camisa e lutar por ela está pedindo o que se faz no mundo inteiro. Nossa Constituição diz que nós não podemos ter desigualdades. Essas têm de ser eliminadas, então temos de brigar por isso. É uma decisão política. É isso que eu queria deixar muito claro aqui. Eu entendo que é uma decisão política, no sentido de que se restabeleçam os tratamentos diferenciados, se queremos eliminar as desigualdades.

E é bom lembrar - como dizia o senador Waldeck - que há estudos da Confederação Nacional da Indústria dizendo que nós fazemos o contrário no Governo Federal. A renúncia fiscal, que é feita anualmente em favor das grandes indústrias do Centro-Sul, é muitas vezes mais do que se dá à nossa região. Quando se tem agora como prioridade absoluta, dentro do Governo Federal, a redução do custo Brasil, que eu defendo também, vamos cuidar da redução do custo Nordeste, que é muito mais onerado do que o Centro-Sul. Então eu entendo que não há nada de novidade.

Vimos aqui que todos os expositores falaram a mesma coisa. O que nós precisamos é de decisão política. O Nordeste precisa se unir todo - sua bancada em peso, no Senado, na Câmara - e exigir aquilo que a Constituição manda. Defendemos o Plano Real, sabemos o benefício que ele tem trazido para o País, principalmente para as categorias mais pobres. Mas não podemos, em nome apenas de uma economia de mercado, não praticar aquilo que as economias de mercado mais desenvolvidas do mundo, como a Alemanha, praticam hoje.

Nilson Holanda

Bom, como último expositor dessa parte teremos a satisfação de ouvir o Exmo. Sr. Governador em exercício José Targino Maranhão, do Estado da Paraíba.

Targino Maranhão

Minhas senhoras e meus senhores,

Na verdade eu estou numa empreitada difícil, depois de ter ouvido o pronunciamento de todos os luminares que pontificaram aqui e que, na realidade, me encheram de entusiasmo. Porque eu sinto que a temática do desenvolvimento regional pode ainda não ter chegado às massas, mas chegou, pelo menos, às elites. Às elites políticas, às elites técnicas, às elites dirigentes da Região Nordeste.

E eu fico cada vez mais convencido, por outro lado, de que o modelo de globalização do mercado da economia nacional é um modelo inadequado não apenas para o País mas, sobretudo, para a Região Nordeste. É o que disse, com muita felicidade, o ministro Calmon: todas as vezes que se tenta igualar os desiguais a desvantagem é para os mais fracos. E desta vez o pau também está quebrando nas costas do nordestino. E o Estado nordestino, os governos nordestinos, estão sofrendo nesse processo um período de verdadeira agonia.

O sistema tributário nacional é evidentemente penalizador das economias regionais. Isso está mais do que comprovado. Fui constituinte em 88 e participei dessa luta, ao lado de companheiros que estão hoje aqui, que já foram expositores, dessa luta para marcar o sistema tributário de dispositivos que nos tratassem como diferentes.

Tivemos a ilusão de que estávamos fazendo assim. Conseguimos algumas vitórias, através de uma aliança política das regiões pobres do Brasil: Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Mas, mesmo assim, os efeitos práticos foram realmente desastrosos e mostraram que nós estávamos redondamente equivocados.

Em relação ao sistema econômico que estamos praticando no Brasil, o modelo econômico que adotamos, ele é equivocado, no meu modesto entender, não apenas em relação às regiões pobres mas também em relação ao País. Preocupa-me muito como um país de terceiro mundo poderá competir num sistema globalizado de comércio, quando nós não temos nem capital nem tecnologia para nos colocarmos em pé de igualdade com os países mais desenvolvidos do Mundo.

Mas isso chegou ao Nordeste de uma forma muito mais agudizada. A situação dos estados nordestinos é de insustentabilidade. Pensava que fosse apenas o pequenino Estado da Paraíba, pequenina e heróica Paraíba, de que nós nos orgulhamos tanto, mas a cada dia, quando me reúno com os meus colegas governadores de outros estados nordestinos - e agora, domingo passado, numa reunião em Salvador, com todos os governadores - eu sinto que o problema é o mesmo.

Os estados nordestinos estão vivendo uma crise sem precedentes, em consequência da política econômica que se está praticando no Brasil. Nós fomos compelidos, forçados a aceitar uma renegociação de nossas dívidas que compromete, no caso da Paraíba, 20% da receita líquida. Estamos fazendo um esforço sobre-humano para conter despesas, para racionalizar processos administrativos; chegamos ao máximo na contenção de custeio com pessoal. Mesmo assim não nos resta nada para investimento, porque um comprometimento de 20% da receita tributária do Estado, da receita líquida do Estado, realmente está acima de qualquer possibilidade.

E dentro deste horizonte, o papel do Estado membro fica reduzido a zero na condução do processo de desenvolvimento econômico e na integração do modelo econômico que se pratica no Brasil. Agora mesmo nós estamos possuídos de um sentimento duplo. De um lado, a vitória por termos conseguido reconquistar, ou recuperar aquilo que na economia da Paraíba - que ainda é uma economia primária - se constituía num esteio e, no passado, foi o principal esteio da economia agrícola, que contribuiu muito para que não se desse o que se dá hoje, essa concentração de populações despreparadas até para ser absorvida pela indústria nos grandes centros: o algodão.

Lançamos desde o primeiro dia um programa de recuperação da cultura de algodão. Depois veio em nossa direção o Presidente Fernando Henrique Cardoso e, no Centro de Pesquisa da EMBRAPA, em Campina Grande, lançou um programa nacional que ele chamou de reativação da cultura do algodão. O agricultor paraibano respondeu rapidamente ao nosso apelo. Já temos as estatísticas do IBGE: elevamos em 65% a área plantada em relação ao ano anterior e em 75% a produção, o que significa aumento de produtividade pela incorporação de tecnologias modernas nas práticas agronômicas e sementes de boa qualidade.

No começo do ano, em janeiro, um quilo de algodão custava 65 centavos. Hoje o quilo de algodão está sendo oferecido a 30 centavos. Isso

não representa nem os custos de produção. O que significa isso? Significa matar a última esperança e a confiança também do agricultor nordestino na credibilidade do governo. Não foi apenas o governo de um estado mas o próprio Presidente da República que lançou um programa de recuperação de cultura que realmente teve e terá ainda um papel muito importante no desenvolvimento econômico, na sobrevivência econômica das populações rurais.

E, de repente, o Governo assiste a isso tudo indiferente. Dizem-me que não é possível dar-se nenhum tipo de subsídio, porque a política atual que se pratica no Brasil é contra qualquer tipo de subsídio, mesmo que isso contrarie, na visão de todos os expositores que pontificaram aqui, as práticas universais de incentivo ao setor primário.

Agora é o setor primário que está sendo chamado a subsidiar o plano econômico que está aí. Preços baixos no setor primário significam, a curto prazo, a falência da economia agrícola no Brasil e particularmente no Nordeste. O Brasil nunca teve uma política agrícola. O Brasil teve políticas isoladas para a cana-de-açúcar, quando convinha a cultura da cana-de-açúcar. Hoje parece que não está convindo mais. Porque a cultura da cana-de-açúcar está numa crise sem precedentes.

Houve políticas para o cacau, houve políticas até para o algodão. Hoje o Brasil não dispõe de política agrícola nenhuma, como não dispõe de uma política nacional, porque uma política nacional que desconhece as peculiaridades, as limitações, a fragilidade de uma economia como a nordestina não é política nenhuma. É uma política suicida, porque, a longo prazo, isso vai resultar num verdadeiro caos econômico.

Meu tempo já está encerrado e eu diria até que não teria mais o que falar, porque o que era necessário, o que era preciso falar aqui já foi falado por aqueles que o fizeram com oportunidade e sobretudo uma autoridade imensa. Muito obrigado, eu coloco aos senhores esses problemas para discussão, porque aqui está não só a inteligência nordestina, mas está a política nordestina. Eu acho que é preciso lançar um SOS Estado Nordestino.

Nilson Holanda

Está encerrada a parte de exposições e eu queria agradecer a colaboração de todos, mantendo-se nesse horário rígido, e para esse sucesso contribuiu certamente o exemplo dado pelo senador Ornellas, que como parlamen-

tar baiano falou apenas 10 minutos e assim estabeleceu um padrão que ninguém ousou romper. Em relação aos debates, o esquema é mais rígido ainda: temos apenas 5 minutos. Então vamos iniciar o debate com o primeiro debatedor que é o deputado Vicente Arruda, do Ceará.

Vicente Arruda

Minhas senhoras e meus senhores,

Foi supinamente enriquecedor o debate aqui realizado e há uma unanimidade no diagnóstico dos males que afligem o Nordeste. Esta política de exploração do Nordeste data do início da República, com a política do café, depois com a política da substituição das importações. Houve uma concentração absoluta de recursos no Sudeste em prejuízo do Nordeste, que foi duplamente espoliado. Não só na política cambial, porque nós vendíamos os nossos produtos à razão de 18 cruzeiros o dólar e comprávamos o sabonete, o tecido, os produtos da indústria de transformação do Sul a dólar de 400.

Então, não é novidade que no Brasil nunca se fez uma política regional. A política foi sempre voltada para maior concentração da riqueza no Sudeste. O que se fez foi uma política compensatória, foi uma esmola que se deu ao Nordeste, porque não se pode considerar uma política regional se você não considera o homem e o seu meio, se você não admite que no Nordeste existem condições competitivas alternativas que poderão agregar para o crescimento da política brasileira.

Nós temos a maior área irrigável do Brasil, nós poderemos construir com a irrigação nove Califórrias, exportar frutas tropicais, mas não se faz nada porque no Brasil não há uma política nacional. O Congresso Nacional não é um congresso nacional. É um congresso de estados, onde prevalecem os interesses dos grupos econômicos dos estados que possuem a mídia e podem influenciar a opinião nacional.

Veja que no Nordeste só se conseguiu fazer uma coisa de útil no sistema autoritário: implantou-se o pólo petroquímico na Bahia por decisão autoritária. A única exceção que se fez foi com Getúlio Vargas, mas não foi uma política estruturada, foi em consequência de uma seca, de 1951 a 52, que se fez o Banco do Nordeste. E este é o único instrumento de ação

regional que trabalha com parcimônia de recursos para atender aos grandes problemas de nossa região.

Veja que a renúncia fiscal no Sudeste é da ordem de 54%. No Nordeste não chega a 5%, quando nós representamos 13% do PIB. Temos um contingente de 54% de analfabetos. Não poderemos nunca recuperar a nossa região se não cuidarmos do homem. Na Alemanha foi mais fácil, porque lá, apesar de eles terem de reestruturar uma economia, havia o material humano.

Por conseguinte, eu acho que os debates aqui foram unânimes em diagnosticar os males que afligem o Nordeste, mas qual a solução para isto? Falou-se em decisão política. Nos Estados Unidos foi muito mais fácil porque o Texas era o maior produtor de petróleo, tinha uma força política muito forte. Na Itália não deu certo porque lá é uma zona atrasada e os privilégios estão no Norte da Itália. A nossa situação é mais ou menos parecida com a da Itália.

Há muitos anos que se fala numa política de compensação, de política regional na Itália, mas nunca se resolveu o problema, porque não há vontade política. E o Nordeste não tem densidade política, porque os grandes conglomerados de comunicação estão no Sul, as grandes forças econômicas estão no Sul. Nós representamos no Nordeste talvez uns 20 ou 30% dos membros do Congresso Nacional e não temos condição de nos unirmos, porque até agora não há uma unidade em torno do que é o interesse comum. Os estados estão brigando.

Veja agora aqui - aproveito a presença do ilustre Governador de Pernambuco, no caso da refinaria - a briga que houve entre o Ceará e Pernambuco para conseguir essa vitória. Em São Paulo há quatro pólos petroquímicos, por isso é que ele é um estado poderoso. A Bahia passou a ser o estado mais importante do Nordeste porque ali se instalou um estado petroquímico. O Ceará, o Nordeste de modo geral, fora os centros urbanos, é um grande vazio econômico, é a miséria absoluta.

E nós temos de aproveitar esta oportunidade, neste Fórum, para cerrarmos fileiras e trabalharmos juntos. Porque, do contrário, haverá uma concentração ainda maior de renda no Sul, principalmente com essa política de porte liberal, com as privatizações e com as concessões de serviços públicos, porque vai sobrar muito dinheiro e esse dinheiro não vem para o Nordeste. Esse dinheiro vai enriquecer os cofres dos estados, principalmente de São

Paulo, que não só deve à CESP, à Eletropaulo, à Eletrobrás mais de 3 ou 4 bilhões de dólares, como também vai receber um empréstimo, com prazo de 25 anos de carência, para atender à dívida de 6 bilhões de dólares que ele tem com o BANESPA.

E no Nordeste, qual o investimento de vulto que foi feito pela União nos últimos 30 anos? Nada, absolutamente nada. De forma que eu fico satisfeito e ao mesmo tempo muito triste. O meu diagnóstico é de que nós temos uma luta muito árdua pela frente. Não nos iludamos.

Os interesses do Sul do Brasil, protegidos pelos grandes conglomerados econômicos que ali estão instalados, tendem a reduzir cada vez mais a função do Nordeste na economia nacional. E é preciso que cada um de nós que estamos na vida pública, nós nordestinos, empresários, homens públicos, agora que se vai cuidar da reforma tributária, é fundamental que lutemos para que ela seja um instrumento de redistribuição de riqueza espacial e social.

Nós não podemos permitir que ela venha atender aos interesses dos exportadores do Sul, aos interesses dos investidores que correrão para o pólo do MERCOSUL. Nós temos que cuidar dos nossos interesses e só contamos com dois instrumentos: o Banco do Nordeste e a SUDENE. E as nossas lideranças, os nossos governadores, que estão cientes da responsabilidade que lhes cai sobre os ombros e sobre nós, senadores e deputados, vão agora iniciar uma luta tremenda pela reforma tributária, pela reforma do Estado, pela reforma da previdência. E aí poderão mudar os horizontes que o Nordeste aspira e merece. Muito obrigado.

Nílson Holanda

Muito obrigado. A palavra ao deputado B. Sá, do Estado do Piauí.

B. Sá

Minhas senhoras e meus senhores,

Um pouco de mim, a lembrar a loucura em Erasmo, no seu *Elogio da Loucura*: "Se eu não falar de mim, quem vai falar? E quem sabe mais de mim, se não eu?". Sou médico, fui prefeito de uma cidade do interior do Piauí e estou no segundo mandato de deputado federal.

Assisti nesse debate, em que se comemoram os 43 anos do Banco do Nordeste, mais algumas observações e alocuções que não fogem muito do discurso que tenho ouvido, no mandato de deputado federal, dos diagnósticos, das problemáticas e das causas do atraso do Nordeste. Quero apenas chamar a atenção para alguns aspectos que pincei das observações feitas pelos que me antecederam.

Em primeiro lugar, entendo que o grande fator de atraso e de subdesenvolvimento do Nordeste está na ordem cultural. O Dr. Ângelo Calmon de Sá falou na questão de educação. Eu vou mais adiante. Nós temos 500 anos de dependência e de colonialismo que vêm desde a época em que fomos descobertos, podemos dizer assim, pelos portugueses.

Só que essa questão de decisão política, que é fundamental, como ele muito bem chamou a atenção, essa decisão política não é do governo atual. Essa decisão política é de cem, duzentos anos atrás, porque se conformaram os políticos nordestinos, ao longo da história, em aceitar que os investimentos fossem para o Sul. Não vai ser com esse discurso, dizendo que o Sul é o leão, que tem a parte do leão, que eles são os poderosos, que são isso e aquilo outro, que vamos desenvolver a nossa Região. Porque o colonialismo interno, minhas senhoras e senhores, é outra realidade.

Nós nos queixamos dos problemas do Sul e no Nordeste nós temos problemas seríssimos. O Piauí, há 80 anos atrás, foi a 4ª economia do Brasil; entre 1885 e 1915 o Piauí, o meu pequenino Estado, foi a 4ª economia do País. Nós tínhamos a borracha de maniçoba, a borracha da mangabeira; nós tínhamos a carnaúba; nós tínhamos o boi, o couro, a farinha, o algodão.

O que é que aconteceu de lá para cá? Aconteceu o problema externo, a seca, que em 1915 jogou 116 mil nordestinos para irem se socorrer no Piauí, nordestinos que não tinham nada de Sorbonne, que não tinham nada de tecnologia, e que foram lá com fome, famélicos, para se salvar no Piauí.

E *pari passu* a isso, o meu Estado foi dominado durante muitos anos por oligarquias políticas, familiares ou não, que não tiveram nenhuma visão estratégica de como desenvolver o Estado e a região, mais ou menos a mesma coisa que aconteceu no Nordeste, com uma exceção, aqui e ali.

De sorte que, nesse instante em que se está em um Fórum para debater problemas da Região, é preciso - secundando as palavras do senador Wal-

deck Ornellas - que haja uma união das ações políticas, de modo a que se consiga estabelecer limites nas isenções de ICMS, de modo a que um estado não seja privilegiado em relação a outro.

Chamo a atenção também para a questão que foi levantada aqui pelo Firmo de Castro. E quero observar que nós estamos no Congresso Nacional. O Governo Federal vai fazer as privatizações mas eles não vão jogar o dinheiro do jeito que querem, sem mais nem menos. Nós somos deputados, nós somos senadores, nós podemos influir, e influenciar, e brigar para que recursos também venham para cá.

Agora, para que nós façamos uma unificação do discurso lá em cima, nós temos que fazer uma unificação do discurso aqui dentro do Nordeste, porque senão exarceba-se ainda mais o colonialismo interno que faz o meu Estado, hoje, o mais atrasado da Federação. E o único investimento que ele recebeu ao longo da sua história, o grande investimento, foi a barragem de Boa Esperança, feita por um nordestino, Castelo Branco, aqui do Ceará, lá pelos idos de 1964. Não tem um outro investimento.

Chamo a atenção para a observação que foi feita pelo Governador José Maranhão, a respeito da cotonicultura, e quero lembrar que existe uma cidadezinha nos Estados Unidos, chamada Enterprise, no Estado de Alabama, que em 1919 erigiu ao bicudo um monumento, porque o bicudo devastou as plantações que eram o substrato da economia daquele Estado. E o Governo, em vez de cruzar os braços e deixar ao bem querer como aconteceu aqui no País e no Nordeste particularmente, enfrentou a questão, lutou, desenvolveu tecnologias, e eles acharam por bem de erigir um monumento para homenagear o bicudo, uma situação *sui generis*.

Pois bem, o Estado do Piauí hoje tem uma indústria, a indústria Coelho, com sede na região de Petrolina, e que importa algodão dos Estados Unidos, do Paraguai e da Grécia, para poder fazer a fiação e a tecelagem. Por isso que é alvissareira a atitude do Governo Fernando Henrique Cardoso, quando há pouco tempo, na Paraíba, no CNPA, determinou as primeiras manobras para fazer com que seja reativado o cultivo dessa importante agricultura aqui no Nordeste.

Por último, e para encerrar esse pouco tempo de que disponho, face a essa multitude de problemas, quero fazer uma defesa do Governo Fernando Henrique Cardoso. O Governo Fernando Henrique Cardoso está com seis

meses, não faz sentido falar-se que ele não está tendo preocupação com o social ou com os desequilíbrios regionais.

Nós temos muito tempo pela frente e o Governo Fernando Henrique Cardoso está diante de um dilema. Qual é o grande dilema dele? É ter de compatibilizar as grandes reformas estruturais para colocar o País dentro de uma economia mundial globalizada, ao lado de graves problemas sociais que existem por todo o País, não só no Nordeste mas nas periferias das grandes urbes, e que foram motivados, em sua grande extensão, por falta de decisão política. Esta sim, Senhor Ministro, provocada por políticos que, em poucas exceções, tiveram a grandeza de compreender a verdadeira necessidade e o vivenciamento dos problemas da nossa Região. É o que eu tinha a colocar.

Nilson Holanda

Eu passo a palavra ao Dr. Régis Bonelli, do IPEA e hoje Diretor de Planejamento do BNDES.

Régis Bonelli

Minhas senhoras, meus senhores.

Antes de mais nada, agradeço a honra de ter sido convidado para esse painel e, como debatedor, vou procurar pinçar, aqui e ali, observações dos expositores e demais debatedores e construir o meu caso. Essa é a grande vantagem do debatedor que fala ao final.

Concentrarei a maior parte dos meus comentários sobre a questão da redução do custo Brasil, aqui mencionado, que é um problema de extrema importância para o nosso País, e a questão da reforma constitucional e aumento da competitividade da economia brasileira.

Gostaria de começar por uma lembrança que nos preocupa a todos. O que observamos nessa virada de década, de século, de milênio, é que o modelo do desenvolvimento brasileiro está mudando. Está mudando aceleradamente nos últimos cinco ou seis anos, e alguns traços do que virá à frente já podem ser enxergados, a partir da difícil experiência de ajuste do setor

produtivo que nós vivemos desde o final da década de 80, acompanhada pelo regime de alta inflação que vigiu até meados do ano passado.

Os ganhos que a economia brasileira obteve, ao longo desses anos, em termos de enxugamento de estruturas organizacionais, de ganhos de produtividade, de melhorias de competitividade, foram sem a menor sombra de dúvida enormes. Eles representam um avanço imenso para o desempenho de uma indústria e de uma agricultura antes ainda muito protegidas, como a que atravessou os ciclos de crescimento anteriores, como a que sobreviveu à crise da dívida externa do início dos anos 80, ao regime de superinflação da segunda metade da década de 80 e início da de 90.

No entanto, o que distingue esse final de século dos demais períodos da nossa experiência recente é um conjunto de aspectos dos quais gostaria de enfatizar seis: primeiro, que o Brasil não mais opera em regime de restrição de divisas mas, antes, integra-se cada vez mais aos fluxos internacionais de bens, serviços, capitais e tecnologia.

Segundo, que parece superada a dicotomia entre desenvolvimento do mercado interno e desenvolvimento calcado no mercado externo, como motor do crescimento econômico, e aceitando-se hoje em dia que ambas estratégias são complementares, possíveis e desejáveis.

Terceiro, que parece caber crescentemente ao setor privado papel de destaque no investimento produtivo.

Quarto, que o setor produtivo estatal, por razões que têm sido mais e mais óbvias com o avanço do processo de privatização, vem perdendo peso relativo e absoluto mas ganha, e tende a, cada vez mais, ganhar relevo no seu papel regulatório, de defesa da concorrência interna e externa e na desregulamentação de várias atividades.

Quinto, que o gasto corrente do setor público tradicional estará cada vez mais orientado para a área social e melhoria das condições de vida da população, como é, como deveria ser função precípua do Estado moderno.

E, finalmente, que o investimento do setor público, essencialmente o Governo Federal, vai dar uma contribuição menor, relativamente, do que no passado, para a formação de capital da economia brasileira.

Em seguida, queria lembrar, entrando mais diretamente na questão da redução do custo Brasil, que sabemos que o crescimento econômico moderno, essa coisa difusa, embora muito estudada, resulta essencialmente da conjugação de três ordens de fatores: primeiro, uma elevada taxa de poupança e investimento; segundo, uma apropriada qualificação da mão-de-obra; e terceiro - é aqui que eu vou concentrar o resto da exposição - um desenho institucional que favoreça a aplicação eficiente dos recursos produtivos.

Quanto a esse último aspecto, o lado positivo dos últimos anos tem sido que o Brasil vem implementando um grande número de reformas estruturais, visando a fortalecer os mecanismos de mercado e a aumentar a influência desses mecanismos nas decisões de alocação de recursos. A estabilização econômica, que estamos vivendo há um ano, veio reforçar esse processo.

Mas, mesmo garantida a estabilização, a retomada do crescimento a longo prazo e o aumento da competitividade da economia brasileira não podem depender integralmente do tipo de ajuste que nós experimentamos e que foi uma estratégia essencialmente reativa, resultante da reação das firmas à implantação de políticas de competição, aí incluída a política de abertura comercial.

Um papel ativo vai estar reservado ao Estado, especialmente aos bancos e agências oficiais de desenvolvimento, quanto à solução das falhas de mercado, sobre as quais devem atuar modernamente os bancos de desenvolvimento. Falhas de mercado entendidas como aquelas situações que o mercado não alcança, em que é preciso algum tipo de mão externa para auxiliar a alocação de recursos. Estendendo-se isso ao estímulo ao investimento e a um apoio à reestruturação produtiva do País.

Em particular, é fundamental complementar as medidas de ajuste interno à firma, como aquelas que mencionei antes, que foram reativas à recessão, à abertura comercial e às medidas de regulamentação tomadas até hoje. Precisamos complementar então essas medidas com o aumento da chamada competitividade sistêmica, que sabemos hoje, melhor do que nunca, ser um alvo móvel. A competitividade sistêmica é um alvo móvel; nunca alcançamos um estado de competitividade ou de produtividade ideal, pois é sempre um alvo móvel que é perseguido e tem de ser perseguido continuamente.

Aumento de competitividade sistêmica é algo que modernamente chamamos de redução do custo Brasil. Para isso é preciso que, além do aumento

da produtividade na utilização de insumos, se trabalhe no sentido de reduzir o custo unitário de todos os fatores de produção, insumos materiais e serviços públicos.

Quanto à redução do custo do capital, o Governo tomou algumas medidas importantes, sendo a principal delas a instituição da taxa de juros de longo prazo, que é a taxa que rege os contratos de longo prazo no Brasil. Quanto à redução do custo das matérias-primas, a abertura comercial tem contribuído substancialmente nesse sentido. A utilização de insumos importados significa não apenas um barateamento do produto nacional mas também um ganho de eficiência.

Quanto aos bens de capital, a importação está permitindo à indústria brasileira substituir máquinas depreciadas por equipamentos modernos, e gostaria de destacar que o governo vai dar prosseguimento às medidas de redução do custo Brasil com destaque para três grupos de medidas. Primeiro, menor tributação dos investimentos fixos; segundo, diminuição do custo percebido pelo empresário na contratação de mão-de-obra; e terceiro, a queda do preço e melhoria da qualidade dos serviços públicos.

No que tange à menor tributação dos investimentos, é sabido que figuram entre as medidas a serem propostas nesse ano ainda uma reforma que não apenas equacione em definitivo a questão do déficit público federal mas que também simplifique e melhore a qualidade da legislação tributária brasileira.

A reforma tributária deve, também, contribuir para baixar o custo do trabalho, como percebido pelo empregador, para o que deve contribuir também a reforma da previdência social. A eliminação da cunha fiscal, que separa o salário pago pelo patrão do recebido pelo empregado, vai reduzir o custo da mão-de-obra, ao mesmo tempo em que certamente aumentará o nível de emprego e os salários.

O maior impacto sobre o custo da mão-de-obra, no entanto, virá da desregulamentação do mercado de trabalho, que é algo ainda intocado no Brasil, como em outros países latino-americanos, mas tenho quase certeza que o meu amigo Jorge Jatobá tocará nesse ponto, na sua exposição.

Se houvesse tempo, falaria sobre a importância da transferência dos serviços de infra-estrutura para o setor privado, com vistas à redução do

custo Brasil; da lei das concessões e temas correlatos. Mas como o moderador pediu brevidade, vou passar à minha conclusão.

Reafirmo que estabilidade econômica, redução do custo Brasil e aumento de investimento, que são necessários para a retomada do crescimento sustentado, são esforços interrelacionados e que se reforçam mutuamente. Sem estabilização não há como diminuir grande parcela do custo Brasil nem incentivar novos investimentos. Sem redução do custo Brasil não há como aumentar a competitividade, sustentar o câmbio e aumentar a rentabilidade das aplicações em capital fixo. Sem investimento não há como aumentar a oferta de bens e serviços, melhorar a infra-estrutura, incorporar novas tecnologias e melhorar os níveis de emprego.

Essas são interrelações muito óbvias para todos nós mas essa constatação não diminui a importância nem a urgência de que as medidas sejam tomadas. Muito obrigado.

Nilson Holanda

Muito obrigado. Passo a palavra ao Professor Jorge Jatobá, da Universidade Federal de Pernambuco e atualmente assessor especial do Ministério do Trabalho.

Jorge Jatobá

Minhas senhoras e meus senhores,

Quero agradecer inicialmente a honra de ter sido convidado para esse evento e gostaria de fazer algumas ponderações ao que foi discutido até agora. Não esquecendo inicialmente de dar parabéns ao Banco do Nordeste, no seu 43º aniversário, e, ao parabenizar o Banco do Nordeste, não esquecer que, ao discutir a questão regional hoje no Brasil - como estamos discutindo nesta mesa - não podemos deixar de olhar para trás e verificar o quanto se avançou desde que o Banco do Nordeste foi instituído, em 1952, e quanto se avançou desde a criação da SUDENE, em idos de 1958.

Claro que nós temos enormes desafios, temos grandes problemas, mas se olharmos para trás veremos que nós fizemos avanços em áreas substanti-

vas e se essas instituições não tivessem existido, não tivessem atuado, provavelmente nesta mesa hoje não teríamos o que comemorar, porque não existiria o Banco do Nordeste, os políticos e os técnicos teriam outros discursos que aqueles que foram colocados hoje.

Queria falar para os senhores e para a audiência, não como membro do Governo. Vou vestir aqui a camisa de especialista na área de desenvolvimento regional, da qual nunca me desvinculei, apesar de estar recentemente ligado à área de mercado de trabalho, numa função técnica que hoje exerço no Governo, e chamaria a atenção, nessa perspectiva, para um ponto que considero essencial.

É que o Nordeste hoje deve ser considerado uma questão nacional. O Nordeste não é uma questão regional isolada e é claro - não vou enfocar, não vou discutir, porque concordo - que a decisão política é fundamental para investimentos na Região. Mas, além da decisão política de realizar investimentos na Região, é muito importante que tenhamos em mente um modelo de política regional. Ou um modelo de planejamento regional, que é mais adequado não ao Nordeste em si mas ao País como um todo.

Se o Nordeste é uma questão nacional, então devemos olhar o problema nordestino a partir da perspectiva do Brasil, quer dizer, olhar de cima para baixo, e não olhar de baixo para cima, senão corremos o perigo de ver acontecer, a nível regional, o que aconteceu a nível nacional, isto é, uma crescente setorização do planejamento nacional e uma crescente setorização do planejamento regional, fazendo com que, no modelo regional, seja duplicado o modelo que foi utilizado em esquema nacional como um todo.

Isso é importante para evitar o isolamento da região Nordeste no contexto da política regional. E, se o Governo tem como diretriz a redução das desigualdades regionais, essa é uma diretriz nacional. E ela também tem um claro rebatimento espacial, porque na hora que se reduzem as desigualdades regionais, são também reduzidas as desigualdades sociais.

O que aconteceu no País, essencialmente, foi que a crise dos anos 80 levou a um abandono da política de desenvolvimento e esse abandono se superpôs a uma setorização do planejamento nacional. Com isso, a questão regional ficou de lado, além do problema político que nós já discutimos aqui.

Retomaria uma velha questão de conhecimento de várias pessoas nesta mesa, nessa audiência, que é a questão do modelo de política regional. Mas retomá-la a partir de dois pontos muito importantes que reforçam a necessidade desse modelo. Primeiro, a questão da globalização e segundo a questão das reformas do Governo.

Tanto um quanto outro reforçam a necessidade de que se olhe para uma política nacional de desenvolvimento regional, não como agregação isolada de políticas regionais explícitas, quer dizer, uma política regional para a Amazônia, uma política regional para o Centro-Oeste, outra para o Sudeste, mas como a tentativa de você regionalizar políticas nacionais.

Sem querer saturar os senhores com estatísticas, olhando para os instrumentos de política nacional, especialmente na área de política industrial, observamos, por exemplo, só para citar o caso do BNDES em anos anteriores, que os incentivos dados em um ano de subsídios industriais equivalem talvez a oito ou dez anos de incentivos FINOR.

Portanto, o instrumento poderoso que você tem de regionalizar políticas nacionais é muito mais significativo em termos de rebatimentos de investimentos que puramente as políticas ditas regionais. Por quê? Porque quando você regionaliza a política nacional você dá um endereço espacial ao problema e esse endereço espacial é importante, tanto quando o Estado regionaliza a política agrícola, quanto a política industrial, quanto a política social.

Só para chamar a atenção, o Nordeste, por exemplo, talvez seja a cara espacial mais cruel da questão social brasileira. Mas se houver uma tentativa de regionalizar a política educacional, a política de saúde, naturalmente a prioridade nordestina emerge, porque aqui os problemas de saúde e educação são mais graves que no resto do País. Então a prioridade, a visão espacial nacional, a tentativa de regionalizar políticas nacionais, dá naturalmente um privilégio àquelas áreas onde as questões são mais agudas.

Um outro exemplo rápido, antes de concluir. Nós temos uma crise agrícola, no momento. Estamos presenciando hoje o que está acontecendo em Brasília, por exemplo. Uma regionalização da política agrícola claramente mostraria que o segmento mais vulnerável da política de juros está exatamente na agricultura, na pequena agricultura de mercado, na pequena agricultura familiar, onde o Nordeste é preponderante.

Outro exemplo importante, a política industrial. Nesse modelo de abertura que nós estamos enfrentando agora, o Nordeste tem os seguintes problemas: as grandes estatais que estão vinculadas a recursos naturais se protegem um pouco, porque estão vinculadas à base de recursos naturais, embora cada vez mais a competitividade derive do conhecimento e não de conteúdo de recursos naturais, em primeiro lugar.

Em segundo lugar, o setor de subsistência familiar da agricultura, para voltar à questão da agricultura, está protegido, naquilo em que ele é mais atrasado. Mas naquilo que ele determina em termos de mercado, a sua participação no mercado, ele está vulnerável às políticas nacionais.

O setor público, no Nordeste, tem um dimensionamento diferente do setor público nacional, à medida que, por exemplo, o emprego público aqui é mais importante, o gasto público aqui é relativamente mais importante. Em cidades como Fortaleza e Recife, a folha de salários paga pelo setor público responde por boa parte do emprego gerado, direta e indiretamente. Se você tem uma reforma do Estado, e uma reforma fiscal, você vai impactar diferentemente a região Nordeste do que você impacta a região Sudeste, onde esses indicadores estruturais têm pesos diferenciados.

O setor de bens comercializáveis no Nordeste vai sofrer muito com a abertura comercial. Setores como irrigação e turismo podem ser mais competitivos; setores não competitivos podem simplesmente fechar suas portas, se não houver uma política industrial que atente a essas diferenças. Isso vai levar a quê? Provavelmente à migração de trabalho do setor não competitivo para o setor competitivo, com depressão de salários, só para dar um exemplo do tipo de mecanismo que pode ocorrer no mercado de trabalho.

Além do mais, o Nordeste vai ter de enfrentar concorrência não dos seus colegas do Centro-Sul, as empresas do Centro-Sul, mas vai enfrentar a concorrência que advém da abertura comercial, com empresas estrangeiras competindo nos mercados domésticos.

Para encerrar, volto e chamo a atenção: se há alguns anos se defendia a necessidade de mudar o modelo de política regional para atender às especificidades espaciais da economia brasileira, com as reformas que estão em execução, de um lado, e, de outro, com o problema da globalização - e nós temos de tirar vantagens da globalização - essa necessidade se torna mais premente.

Queria apenas colocar essa linha, uma linha mais técnica, mais tecnocrática, porque a questão política já foi colocada e muito bem colocada. Muito obrigado.

Nilson Holanda

Para encerrar esse ciclo de debatedores, passo a palavra ao ilustre deputado Benito Gama, do Estado da Bahia.

Benito Gama

Minhas senhoras e meus senhores,

Primeiramente, congratulo-me com o Banco do Nordeste e, evidentemente, com o Governo Federal por essa iniciativa, essa discussão, num dia de festas, como era antigamente comemorado. Hoje nós estamos comemorando com uma reunião de trabalho da maior e melhor qualificação que já pude participar no Nordeste, aliás no Brasil. Nada que superasse a qualidade do tema e a qualidade dos debatedores. Portanto, quero congratular-me aqui com o Presidente do Banco do Nordeste, com o Governo Federal, por essa iniciativa.

Mas o diagnóstico do problema do Nordeste, do desequilíbrio regional está feito há mais de 40 anos. Em cada reunião o diagnóstico é exatamente o mesmo. O que falta, como foi bem qualificado aqui, é decisão política. E eu acrescentaria que não é somente a decisão política. É a decisão política inadiável.

Estamos num momento da maior importância para a região Nordeste. E nós, políticos da Região, parlamentares do Congresso Nacional, governadores, lideranças empresariais, técnicos, temos de nos unir agora, porque é o momento muito oportuno para reduzir os desequilíbrios regionais neste País. Que não é um problema regional. O problema do Nordeste não é um problema do Nordeste, é um problema do País. E o Nordeste desenvolvido será uma solução para o País, não somente para a Região.

Todos os debatedores colocaram claramente a questão e o Senador Waldeck Ornellas falou sobre a política fiscal, a renúncia fiscal para a

Região. É inacreditável como a renúncia fiscal neste País, de 30 anos para cá, inverteu a pirâmide. Há cerca de 30 anos, no Nordeste, nós tínhamos 80% da renúncia fiscal federal. Hoje nós estamos com o inverso. Nós estamos com 20% e o Centro-Sul com 80%. É incrível haver esses subsídios e essa renúncia fiscal implícita, sem órgãos explícitos - como a SUDENE e o Banco do Nordeste, que não recebem subsídios.

Agora, com a questão da federalização do ICMS, São Paulo vai à frente e defende. Ninguém quer mal a São Paulo neste País. Principalmente o Nordeste, que deve muito a São Paulo. Queremos, apenas, justiça fiscal, justiça financeira. Queremos apenas que o Nordeste seja tratado como São Paulo foi tratado ao longo dos últimos 50 anos.

Temos aqui, nesta mesa, dois órgãos da maior importância: a SUDENE e o BNDES. No Sul, nós já tivemos a SUDESUL, mas foi extinta porque não interessava o organismo, interessava a política financeira e fiscal de investimentos. A SUDENE continua. E, infelizmente, o BNDES - me desculpe - não tem cumprido a sua função para com o Nordeste brasileiro. Falo como político brasileiro, não somente com o lado regional, mas acho que o BNDES precisa voltar mais suas vistas para as regiões mais pobres do País, como o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste.

E chegamos a um dilema cruel, na minha opinião: ao buscar o equilíbrio regional, ou se acaba a SUDENE, ou se repensa a SUDENE, ou se acaba o BNDES, ou se repensa o BNDES. No Congresso Nacional, tenho discutido muito isso com alguns colegas. O BNDES, às vezes, como uma piada, é tratado no Congresso jocosamente como o "Recreio dos Bandeirantes". O BNDES só funciona, infelizmente, para o Estado de São Paulo.

Verdade completa? Não. Temos o Nordeste Competitivo, é bem verdade. Mas estamos numa mesa de trabalho e podemos levantar os investimentos que são feitos na região Nordeste pelo BNDES.

A renúncia fiscal é grave, nós precisamos enfrentar isso. Sou contra a guerra fiscal. Mas, infelizmente, hoje, essa guerra fiscal é uma competição saudável para que os Estados mais pobres possam tirar investimentos do Estado de São Paulo. Eu não diria Centro-Sul, eu diria São Paulo. Do ponto de vista técnico, se formos olhar, é realmente uma coisa inaceitável.

Mas temos de tomar agora não uma decisão técnica mas uma decisão política. E se nós formos politicamente comandados também pelo Centro-Sul, o Nordeste pode fechar as portas. Quando se discute, no Congresso Nacional, o aumento da bancada dos deputados de São Paulo - que eram 60 deputados, no máximo, agora são 70, e eles defendem que seja proporcional à população, São Paulo iria para 110 deputados - sempre fui contra isso, posicionei-me contra isso. Imaginem os senhores se nós tivéssemos, além do poder econômico de São Paulo, o poder político com 110, 120 deputados comandando o Congresso Nacional?

Nós estamos num dilema político da maior gravidade no País. E não nos é dado o direito de cruzar os braços. Temos de trabalhar sem emoção, temos de trabalhar com racionalidade, mas não dá para aceitar o que nós estamos vivendo. O Presidente Fernando Henrique, o seu Ministério e ele pessoalmente, tem demonstrado todo o interesse em repensar essa situação, e está repensando. Temos aqui uma demonstração disso: um órgão federal numa reunião de discussão sobre o desequilíbrio regional.

O Dr. Ângelo Sá fez, também, uma colocação da maior importância, não de uma política fiscal, mas de uma política de investimentos. O Banco do Brasil, que é um banco nacional, está hoje com cerca de 5% dos financiamentos na Região Nordeste. Se temos 30% da população, se temos território, se temos capacidade de produzir, temos gerenciamento, temos empresários para fazer isso, por que é que o Banco do Brasil não olha e não restabelece o que anteriormente disse o Presidente Geisel ao ex-Presidente do Banco do Brasil, Dr. Ângelo Sá? Por sinal, homem público do Nordeste que considero da maior importância, como Camillo Calazans, só para citar alguns políticos que chegaram a Brasília e pensaram na Região.

É preciso, então, olharmos com atenção essa questão dos investimentos do Banco do Brasil e do BNDES. E também foi colocada, pelo Dr. Ângelo, a questão do tratamento desigual com relação aos depósitos compulsórios, por exemplo.

Está aqui o Presidente da Federação das Indústrias de Pernambuco, Dr. Armando Monteiro. Há cerca de 15 dias, nós estivemos com a delegação da região Nordeste, inclusive representantes do Ceará e de Pernambuco, com o Ministro Malan, para colocar a dificuldade de ser o depósito compulsório igual em todo o Brasil. E citei um exemplo que não gosto de citar, porque os deputados não gostam disso: não se pode tratar São Paulo como se trata

o Piauí. Não há como buscar o equilíbrio econômico, social e político, tratando igualmente São Paulo e o Piauí.

Acho que nós precisamos realmente repensar a questão da reforma tributária. Tem de ser feita no País mas não pode ser iniciada com a federalização do ICMS. Se começar com a federalização do ICMS começa muito mal e a bancada do Nordeste vai reagir, porque, depois do recesso, vamos começar a articular para fazer essa discussão técnica, racional, mas sobretudo justa para com a Região.

A questão da renúncia fiscal. Renúncia fiscal, formal e implícita, mas formal e legal. Ela fica ainda mais grave quando há esse desequilíbrio brutal. E eu não poderia encerrar também aqui minhas palavras, sem falar dessa renúncia fiscal informal, ilegal e absurda que existe nos aeroportos e portos do sul do País. Aí é que está a grande renúncia fiscal que nós estamos perdendo, não somente no Brasil, mas principalmente na Região Nordeste, porque esse imposto entra via Fundo de Participação e seria uma alavanca-gem muito grande, nessa questão.

Citando um pequeno exemplo, quando houve a intervenção nos bancos pequenos aqui da Região - Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí - no Congresso nós só ouvíamos isso: "Ah, olha o Nordeste aí, quebrou o Banco, quebrou isso e tal". Na questão do BANESPA, agora, ninguém toca no assunto, e o que é mais grave, nós também não tocamos no assunto. A questão do BANERJ, a mesma coisa.

Não sou contra o Rio de Janeiro, não sou contra São Paulo; eu sou a favor do Brasil. Se eu quero, se nós queremos um Brasil justo, temos de acabar com essas injustiças, essas desigualdades, agora.

O deputado Firmo de Castro coloca a questão da globalização. E se nós tratarmos iguais, com a globalização nós vamos perder muito, porque, em termos de mercado, o mercado vai buscar opção no Centro-Sul onde há infra-estrutura. E é o momento de nós cuidarmos de criar essa diferenciação para os investimentos no Nordeste.

Concluo dizendo que não quero agredir o BNDES, não quero agredir o Banco do Brasil, não quero agredir a SUDENE, mas acho que, numa reunião de trabalho como esta, se nós não colocarmos claramente essa questão, estaremos sendo desonestos com o nosso País, e, sobretudo, estaremos

sendo desonestos com nós próprios, cidadãos brasileiros que estamos aqui reunidos para trabalhar e buscar uma solução. Muito obrigado.

Nílson Holanda

Muito obrigado. E antes de passarmos à parte de discussão das perguntas do público aqui presente, queria franquear a palavra aos demais participantes da Mesa, se tiverem interesse em fazer alguma manifestação. Governador Miguel Arraes, do Estado de Pernambuco.

Miguel Arraes

Minhas senhoras, meus senhores,

Quero, apenas, me congratular com essa reunião, o que pode ser o começo de uma discussão que nos leve a uma unidade da Região Nordeste.

Amigos, poderemos lutar por questões que interessam a todos os Estados da Região. Como bem foi dito pelo professor americano* que falou, falta um pensamento para a frente estratégica comum para o Nordeste, que deveria vir sendo delineada pela SUDENE no curso da sua vida e atividade na Região. Mas isso foi se perdendo. O eixo inicial dado à SUDENE foi se perdendo numa luta que dispersou recursos e concentrou-se, por vezes, nas mãos de algumas famílias que se beneficiaram daquilo que deveria servir a toda a população da Região.

Esses defeitos vêm sendo corrigidos, inclusive na SUDENE, cujo Superintendente se esforça por salvar o organismo que se deteriorou, e perdeu força, e que precisa retomá-la. Ele procura fazer. Mas, para retomar é preciso que todos nós estejamos de acordo com os eixos centrais do crescimento da Região; que haja uma auto-ajuda de todos os Estados para quebrar o nosso isolamento.

Conversando com o Ministro dos Transportes do atual governo*, assinalamos o isolamento em que estamos. Isolamento por via marítima, pois a cabotagem se extinguiu, as rodovias não são reparadas, e as ferrovias, que

* Werner Bäer.

poderiam cumprir um papel importante para a nossa Região, praticamente desapareceram. Sequer foram terminados os projetos do Império para a Região Nordestina, no que toca à construção de ferrovias. Está por ser feita a Transnordestina que ligaria os Estados ao trecho navegável do São Francisco, por onde o Nordeste deveria receber a produção do centro-oeste baiano e de outras regiões. Essas obras estão paralisadas, o Rio São Francisco sem navegação.

O Ministro entende, e entende com lucidez, que privatizar a rede ferroviária do Nordeste é impossível. É preciso que ela seja refeita por nós todos. Um ato que una e que nos faça restaurar uma ligação bastante importante para todos os Estados.

Os temas que são lançados nos dividem, em vez de nos unificarem. O deputado Arruda falou na questão da refinaria e nós estamos insistindo, é preciso que se saiba, estamos insistindo em que é preciso que ela seja colocada por uma escolha técnica e que nisso não entre disputas, quaisquer que sejam, favorecendo as empresas que lá vão se instalar, pois nenhuma refinaria no Brasil foi montada com isenção de impostos. Por que só na Região mais pobre teríamos que perdoar os tributos que podiam resolver, ou ajudar a nossa Região?

Estamos dispostos a fazer as concessões que qualquer um faça, como obrigação do Governador, que tem de zelar também pelos interesses do seu Estado, mas não oferecemos um Real a mais a ninguém, além daquilo que foi estabelecido pela Paraíba, pelo Ceará, pelo Piauí, pois a refinaria não é de Pernambuco, nem do Ceará, ela tem de ser uma refinaria do Nordeste. Como do Nordeste têm de ser as ferrovias, como do Nordeste tem de ser a navegação do São Francisco que interessa a nós todos.

Precisamos levantar temas que nos unam e é fundamental que olhemos os interesses de vários estados que têm interesse nas águas do São Francisco.

A transposição precisa ser discutida e não imposta, passando por cima dos estados sem qualquer discussão, pois o rio passa em Pernambuco, passa na Bahia, e as águas que são necessárias para Pernambuco passam por cima do Estado nos projetos que são apresentados, sem que se contemple, sequer, as regiões por onde passa o canal que vai com destinação certa.

* Odacir Klein.

na Bahia, e as águas que são necessárias para Pernambuco passam por cima do Estado nos projetos que são apresentados, sem que se contemple, sequer, as regiões por onde passa o canal que vai com destinação certa.

É preciso que a discussão se abra dentro do espírito de unidade da nossa Região, pois não temos ligação e estamos perdendo a infra-estrutura já precária que aqui existia. Se não lutarmos conjuntamente para que ela seja agora refeita, de acordo com todos os Estados, nós perderemos essa oportunidade, a oportunidade que agora se abre e que, se perdida, representará 20, 30 anos de mais atraso para a Região.

Esse esforço de unidade é importante para que as decisões políticas possam ser tomadas através, não de solicitações que façamos, mas da força da unidade não só dos políticos, mas das populações dos nossos Estados.

Pouco se fala nessa população. Traçar projetos econômicos sem olhar para ela, sem ver as necessidades crescentes que existem no Nordeste, a região onde se acumula a maior miséria do mundo inteiro, pela quantidade, pela intensidade das necessidades que nós presenciamos. Se nós tivermos condições de traçar um caminho comum para o Nordeste e lutarmos unidos por ele, não será apenas o número de deputados que vai contar. Vai contar a unidade da nossa gente, que quer sair dessas dificuldades.

O Banco do Nordeste, nas atuais circunstâncias, passa a ser um instrumento ainda mais importante para assegurar a sobrevivência de atividades que precisam ser sustentadas através da aplicação dos seus recursos. Temos de discutir essa aplicação, de evitar que eles sejam dirigidos apenas para aquilo que é novo.

Precisamos levantar a produção nordestina, aquela que possa dar trabalho à nossa gente e começar a melhorar as condições de vida do povo já cansado de tanto sofrimento.

Tanto que esse encontro pode ser o começo de uma discussão aberta, ampla e objetiva a respeito das questões da nossa Região, trasladáveis, transponíveis, e seria condenável que nós ficássemos em pequenas disputas, mesmo que a disputa se dê em torno do que for, pois, mais importante é a unidade para que possamos trabalhar conjuntamente pelas grandes obras que precisam ser feitas na Região. Muito Obrigado.

Nilson Holanda

Muito obrigado, Governador. Alguém mais quer se manifestar? Então podemos passar à discussão das perguntas da platéia e a primeira indagação é dirigida ao Senador Ornellas, de Arlindo Pereira de Almeida, da Secretaria de Indústria e Comércio da Paraíba:

"Dos 35 anos da SUDENE recebemos, via incentivos fiscais, 10 dólares/ano per capita. A quase totalidade dos recursos voltou para o Sudeste, cuja indústria de bens de capital, em crise, experimentou grande impulso. Agora, o Ministério da Indústria e Comércio acena com uma proposta de política industrial, onde os desequilíbrios regionais são considerados apenas de passagem. O documento está sendo examinado em círculo restrito. O que esperar de uma política industrial gerada nesse contexto fechado, sem consultar os verdadeiros autores do processo de desenvolvimento?"

Waldeck Ornellas

O assunto é extremamente importante. Devo dizer que já manifestei, pessoalmente, à Ministra Dorothea Werneck, a minha preocupação a esse respeito. E, particularmente, em contato com o Presidente do Banco do Nordeste, discutimos a imperiosa necessidade de que o programa de pólos industriais do Nordeste seja explicitamente contemplado dentro da nova política industrial que está sendo elaborada.

O Jatobá nos falou da necessidade de regionalizar as políticas nacionais. Concordamos plenamente. Estamos perfeitamente convencidos de que a questão nordestina é uma questão nacional. Nós precisamos efetivamente, não podemos abrir mão da regionalização das políticas nacionais. E a política industrial é uma delas, talvez a mais sensível que precisa ser tocada.

É evidente que precisamos dos investimentos diretos em infra-estrutura, por parte do Governo Federal, e precisamos, particularmente, de um combate sério ao analfabetismo.

A regionalização das políticas sociais, a que se referiu o Jatobá, que é um renomado especialista nordestino, e que, no Ministério do Trabalho, sem dúvida, deverá prestar relevantes serviços a toda a Região, é uma colocação

das mais pertinentes e das mais oportunas. Nós não estamos vendo essa regionalização. Vamos lutar por ela.

Nilson Holanda

A segunda pergunta, dirigida ao deputado Firmo de Castro, é de Socorro França, do Ministério Público.

"Como reduzir as desigualdades regionais e sociais, artigo 3º da Constituição Federal, sem uma contundente vontade política, operacionalizar os instrumentos eficazes para a conquista do desejado equilíbrio?"

Firmo de Castro

Sem dúvida, essa é uma questão eminentemente política. Agora, é importante que a gente não simplifique muito o que vem a ser a questão política. Comumente, as pessoas se voltam ao Congresso, muitas vezes a somar número de deputados e senadores, e a imaginar que isto é o dado básico para o que seria a expressão do poder político. Nada mais equivocado. A expressão política está, na verdade, nas mãos de todos aqueles que, de uma forma ou de outra, detêm o poder, quer de posse de mandatos quer não.

A sociedade civil exerce uma fatia importante do poder. A sociedade, que não participa necessariamente do Congresso, pode exercê-lo. A Igreja exerce, o sindicato exerce, as multinacionais exercem.

Dentro do setor público, provavelmente, o Legislativo é quem menos exerce o poder político. Nós estamos num desequilíbrio harmônico - interessante é isso - dos três poderes. O superpoder que era o Executivo, esse, efetivamente, detém uma parcela importante do poder; o Judiciário e o Legislativo, que, na verdade, ocupam um espaço bastante reduzido de exercício de poder.

Se o exercício do poder nacional não se exerce só dentro do Estado, como sabemos, a sociedade civil, de uma maneira geral, exerce muito poder. A Igreja, os sindicatos, as multinacionais, os grupos econômicos etc. Daquele exercido pelo Estado, a maior parte está nas mãos do Executivo. De forma que o exercício do poder pelo Legislativo é quase residual.

E aí é que está o grande equívoco: imaginarmos que vamos encontrar soluções políticas, desse porte, contando votos de deputados e de senadores. Não é por aí. Até porque muitos desses votos, de quem tem mandato, já chegam ao Congresso contabilizados por aqueles que efetivamente exercem o poder e que não estão lá. São deputados que representam grupos, setores, segmentos e que são variáveis às vezes muito mais importantes que a variável regional para definir a posição desses representantes.

Parece-me fundamental que essa questão seja posta porque, se a Região não conseguir se fazer presente através das legítimas pressões dos diversos segmentos que exercem o Poder, nós não poderemos ter uma resultante política que lhe seja favorável. Essa é que é a grande questão que se põe.

Não adianta pensar que nós temos 10, 20. Eu vou dar um exemplo: na Constituinte, quando se exerceu o poder político de uma forma não convencional, porque naquele instante você tinha um grupo de pessoas que, efetivamente, estavam detendo um poder não singular, não comum, que era o de constituintes, a questão regional conseguiu ter uma expressão tal, que fez com que a Constituição nos legasse um ordenamento jurídico-institucional muito favorável.

O artigo 43 diz que o Brasil, como um todo, deverá ter ações ou intervenções estatais diferenciadas, tendo em vista promover a redução das desigualdades regionais e sociais, aplicando incentivos, o que seja. Estabeleceu-se a necessidade de se usar o orçamento da União como instrumento, também, de combate às desigualdades, levando em conta o critério populacional.

O artigo 192 estabelece que o sistema financeiro não pode ser perverso, não pode ser concentrador. O tributário nos legou aumento de transferências intergovernamentais de recursos, quer aumentando FPE, FPM, como também criando os fundos constitucionais. A ordem econômica estabeleceria a necessidade de se ter um planejamento regional normativo, tanto quanto possível.

Apesar de tudo isso, naquele instante de explosão do exercício do que seria um poder regional, cessado o processo constituinte, retomado o processo legislativo convencional, a maior parte disso não passou de letra morta, tirando os fundos constitucionais, que nós tivemos a pressa de cuidar da operacionalização, porque estávamos conscientes disso.

O orçamento, hoje, não leva em conta o critério populacional; o artigo 192 não foi regulamentado, nós não temos as transferências de recursos para as instituições regionais; o sistema financeiro é perverso, os incentivos estão sendo utilizados no sentido inverso. Já se disse que a renúncia fiscal do Sudeste é praticamente 50% de toda a renúncia fiscal do País. Essa é a questão.

Sobretudo não poderemos ter ilusões de que essa questão vai se simplificar, apenas porque nós amanhã no Congresso, deputados e senadores, vamos fazer isso, vamos nos mobilizar para discutir a reforma tributária. Vai estar muito longe de ser um esforço político suficiente para afetar a vida cotidiana do País, para poder afetar o exercício do poder nacional no seu dia-a-dia, para inserir, essa é que é a grande questão, inserir a questão regional na agenda dos detentores do poder.

Quando digo que o Governo que aí está não está sensível ao ponto que eu imaginaria que deveria estar, é claro que eu não posso debitar o Presidente. O Presidente, na verdade, tem essa sensibilidade. Nós conhecemos o Presidente. Ele conversa conosco. Mas, o Governo é impessoal. O Governo tem sua estrutura formada, onde ele se expressa de acordo com as pressões que vêm dos detentores do poder econômico, de uma maneira geral, daqueles que detêm influência intelectual, cultural, de comunicação etc. E o Governo termina sendo uma resultante que nem sempre é a resultante que tem a cor do Presidente.

Exemplo disso: indústria automobilística versus mudança econômica, ou seja, interesses da indústria automobilística versus toda essa mudança que está acontecendo no País. Se nós fizermos uma análise sobre que efeitos e que respostas nós temos, nós vamos ver, claramente, como é que se exerce o poder neste País. Então, importante é mobilização política, é força política, mas força política no sentido concreto, *vis-à-vis* o exercício do próprio poder nacional.

Nilson Holanda

A pergunta seguinte é dirigida ao Dr. Ângelo Calmon de Sá, que não está presente. Então passamos ao Prof. Werner Bäer a pergunta de Cleber Cunha, da FACIC:

"A globalização é um fato irreversível. Entretanto, o Nordeste não deve se entregar ao Nafta apenas pelo fato geográfico. Existem obstáculos a serem ultrapassados, tais como, confiança creditícia, que implica exageradas exigências do sistema financeiro americano etc."

Ou seja, indaga sobre as dificuldades de o Nordeste se incorporar eventualmente ao Nafta no futuro.

Werner Bäer

Bom, isso é uma pergunta ou uma afirmação?

Nilson Holanda

É, pede o seu comentário sobre essa afirmação.

Werner Bäer

Não, na globalização eu vejo um futuro bastante interessante para esta Região. Na globalização, o Nordeste ser incorporado na economia mundial como fornecedor de componentes, digamos. E para isso seria preciso algum tipo de arranjo, de acesso a essas regiões, como o mercado do Nafta, o mercado da União Européia. Agora, que tipo de arranjo se precisa fazer é uma coisa que eu não posso dizer.

Naturalmente, nessa globalização, se o Nordeste pode ser, digamos, o supridor de produtos semi-acabados, o que é muito importante é a política cambial do País. Se a política cambial está enfatizando a âncora cambial, está valorizando o Real, isso poderia prejudicar as exportações, exportações especialmente que se queira incentivar na Região Nordeste do Brasil.

E hoje em dia é muito difícil, na política internacional, desenvolver novos tipos de incentivos às exportações. Incentivos tradicionais às exportações não são mais aceitáveis, no comércio internacional, hoje em dia, com essa nova organização internacional de comércio. Então, todas essas são variáveis que vocês têm de negociar.

Nilson Holanda

Muito obrigado. A pergunta seguinte é dirigida ao Senador Ornellas, de Cleber Cunha, da FACIC:

"As regiões mais pobres foram garfadas com as medidas de política econômica nacional. Como exemplo, o que foi citado aqui: a renúncia fiscal à indústria automobilística, de 600 milhões, que equivalem a três anos de FINOR. E a pergunta é a seguinte: A bancada do Nordeste é maioria, na Câmara e no Senado. Parece que sobra discurso e falta ação da bancada nordestina, salvo honrosas exceções".

Waldeck Ornellas

Essas medidas provisórias não foram, ainda, votadas no Congresso Nacional. Embora a vigência e o fato de que venham sendo reiteradamente reeditadas façam com que elas já estejam gerando os seus efeitos. Devo dizer que a minha primeira preocupação nesta legislatura foi, exatamente, fazer um projeto de resolução que visasse auto-obrigar o Congresso Nacional a deliberar sobre as medidas provisórias, no prazo de 30 dias. Isso não foi, no entanto, votado até hoje.

Agora, o que o Deputado Firmo de Castro disse aqui é muito verdadeiro. A bancada nordestina que operou com muita eficiência na época da Constituinte, - estávamos lá tanto eu quanto ele, o Benito, o Prisco Viana que vejo aqui -, efetivamente se desarticulou por inteiro. E nessa legislatura, até agora, não se fez ouvir.

Nilson Holanda

A pergunta seguinte é dirigida ao Deputado Firmo de Castro, de Cleide Bernal, do BNB:

"Na sua intervenção e na do prof. Werner Bäer, ficou claro que, dentro do novo paradigma e da globalização do 'Estado mínimo', o Nordeste corre o risco de ficar cada vez mais pobre e mais isolado, dentro do desenvolvimento nacional. O que você

sugere ao Governo do seu partido para uma política que fortaleça o Nordeste e evite que se criem ilhas de modernidade voltadas para o MERCOSUL e o resto da região se aprofunde na pobreza e nas desigualdades sociais?"

Firmino de Castro

Quando dizemos que tememos, que nos preocupamos com as desigualdades sociais, isso não significa dizer que estamos temendo o avanço da linha da pobreza, ou, em outras palavras, que o Nordeste fique mais pobre. Essa é uma qualificação que fazemos do ponto de vista relativo. Aumentam as desigualdades mas, supostamente, o Nordeste avança. Avança sem conseguir ritmo suficiente para reduzir as desigualdades. Não que nós fiquemos mais pobres do ponto de vista absoluto, mas do ponto de vista relativo, se for o caso.

Já há uma consciência muito clara de que tipo de estratégia política e até administrativa tem-se que adotar para incluir a questão regional numa ótica nacional na agenda, se não da sociedade, pelo menos na do Estado.

O que é isso? Jatobá já se referiu. À medida que o Governo for estabelecer suas políticas nacionais, que ele leve em conta os diferentes rebatimentos dessas políticas, a nível do espaço. Recentemente, para dar um exemplo, procurando atender uma necessidade nacional do setor de exportação, instituiu mais um incentivo na linha de desonerar produtos até então onerados por tributos estaduais, no caso o ICMS. Fez isso, utilizou a sistemática de crédito presumido, onerou as finanças dos Estados, diminuiu inclusive o IPI, que diretamente são, juntamente com o imposto de renda, as fontes de recursos dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios.

Basta dizer que Norte, Nordeste e Centro-Oeste têm 85% dos Fundos de Participação dos Estados. E têm mais de 50% dos Fundos dos Municípios. Então, um real que se tire do Fundo de Participação, 0,85 vêm do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Um real que se tire dos Estados e dos Municípios, a metade somos nós.

Então, onde é que estão os exportadores e as exportações? 70% no eixo hegemônico. Então, aquele incentivo que se está dando para desoneração das exportações está sendo bancado por quem? Pelas regiões periféricas.

É uma política nacional justa? É. Mas, e os efeitos espaciais?

É preciso, então, termos consciência de que toda política pública, num País como o Brasil desigual e continental, tem de ser vista por um prisma espacial, sob pena de, simplesmente, nós nos encaminharmos, naturalmente, para a linha da maior concentração.

Os mercados são implacáveis. Não tem como os mercados trabalharem na linha da equidade. É contra a lógica do racionalismo econômico.

Não adianta, não há mágica. Não cabe ao Estado exercer essa função. Isso é dito, do manual mais elementar ao manual mais sofisticado de ciência política, de ciência econômica etc. E sem contestação.

Essa é a questão que se põe. É fundamental que se tenha consciência disso. Nós vamos ter de regionalizar as políticas.

É claro que o Governo está em situação de dificuldade; o Estado brasileiro está quebrado, mas, mesmo quebrado, ele se movimenta. Se se movimenta, tem muita gente para trás. Mas não pode é se movimentar agravando as disparidades. Essa é a questão que não pode ser aceita.

A Reforma Tributária vem aí e quando a gente escuta "vamos federalizar o ICMS", isso é o menos. Mas quando se quer tirar a autonomia dos Estados e Municípios? A capacidade impositiva dos Estados e Municípios? Pior. Quando se fala em Reforma Tributária para poder suprir, simplesmente, as finanças públicas federais? Pior. Quando se fala em privatização e simplesmente não se faz nada do ponto de vista de neutralizar essas disparidades? Pior. Agora mesmo nós estamos diante de um processo, de uma avalanche, que não sei para onde é que vamos.

O Governador Miguel Arraes saiu, mas talvez fosse até o caso de ouvir sua opinião diante do processo de rompimento do monopólio estatal da Petrobrás. Voltando ao monopólio por parte da União, abrindo-se então toda essa vala, medida absolutamente indispensável, a meu juízo, que foi adotada pela Câmara e em vias de ser adotada pelo Senado, da quebra do monopólio do petróleo. Mas, no processo anterior, o monopólio da Petrobrás, estava em vias de definição um grande investimento para a Região, talvez dois, nos próximos 5 ou 10 anos.

Indago eu: com o processo de abertura, a decisão econômica relacionada com a atividade de refino se mantém? Quem sabe, quem sabe...

Essa é uma atividade importante para nós, para a Região. Então, nós estamos aí a reclamar o que seria uma presença do Estado, dentro dessa sensibilidade de que as desigualdades sociais e regionais se põem, repito, como uma das talvez únicas funções que o Estado moderno tem de ter, inquestionavelmente.

Até o Estado chamado de "mínimo" não abdicaria disso. O que não é o nosso caso, porque acho que nós não vamos para o "Estado mínimo", mas para o "Estado necessário". Obrigado.

Nilson Holanda

Vou apresentar algumas perguntas que, em parte, já foram respondidas, para dar conhecimento ao público, dirigidas ao Senador Waldeck Ornellas. Geraldo Vilela, da Tribuna da Bahia:

"O Nordeste tem lideranças históricas. Vejo e constato isso no Senado e na Câmara Federal. Da mesma forma, determinam o quorum em todas as votações. Por que não faz pressão política para desenvolver efetivamente o Nordeste? Falta de interesse, pressão dos lobbies, ineficiência das políticas públicas, o que de verdade acontece com os políticos?"

Uma segunda pergunta também assemelhada, e dirigida ao Senador Waldeck e ao Deputado Benito Gama. Tarcísio Murta, do BNB:

"Inobstante as informações expostas que, sem dúvida, retratam a realidade de nossa história social e política, recentes estudos, inclusive do próprio BNB, retratam o crescimento da Região Nordeste superior ao do resto do País. Por certo, esse crescimento ainda não é suficiente para sanar todos os problemas existentes. Mas, certamente, já denota grande esforço de diversos segmentos em prol do desenvolvimento regional. Questionamos, então, se uma maior união política dos 9 estados nordestinos, incluindo Minas Gerais, não representa uma solução definitiva do problema".

E uma outra questão, de João Paulo de Queiroz, do BNB, ao Senador Waldeck Ornellas, que diz o seguinte:

"Com a ostensiva oposição do Estado de São Paulo, contrário aos incentivos estaduais, e com a sua posição adotada na guerra com o Estado do Rio, no caso da instalação da fábrica da Volks, com a votação prevista para este semestre da Reforma Tributária, indaga-se: o cenário, na forma como se apresenta, não contribuirá para um aumento dos desequilíbrios e disparidades regionais? E como a bancada nordestina enfrentará o problema?".

Waldeck Ornellas

Um ligeiro comentário. Na verdade, São Paulo, pelo que eu entendo, não está sendo contra os incentivos. Ele tem também feito incentivos como é o caso da informática. O problema é que ele faz do que lhe interessa mais especificamente.

Todos nós sabemos o papel importante e estratégico que tem a microeletrônica e a informática nessa atual etapa do processo civilizatório, quando a gente sai da chamada "Era industrial" para entrar na "Era da informação". Essa é uma outra coisa, que o Nordeste precisa estar muito atento. Nós precisamos ver que atividades estratégicas precisamos atrair para a nossa Região ou fomentar na nossa Região.

Não se trata, apenas, de crescer quantitativamente, mas de crescer qualitativamente para possibilitarmos o salto de que necessitamos.

Eu creio que já foi dito aqui, em outra pergunta, que o Nordeste tem crescido mais do que o resto do Brasil. Isso é verdade em relação ao período 75/85. Mas, com certeza, esses números hoje já não têm mais aquele peso e aquela expressão que tiveram naquele momento, quando houve uma política clara, induzida, de desconcentração, como o caso do exemplo a que se referiu aqui o então Ministro e então Presidente do Banco do Brasil, Ângelo Calmon de Sá.

De maneira que essas são questões às quais nós devemos estar atentos. E foi por isso que fiz questão de fazer a minha intervenção, não discutindo a questão do ponto de vista acadêmico, como muito bem colocou o professor

Werner Bäer, mas, sobretudo, colocando os fatos que estão nos jornais da semana e que estão mostrando que a política econômica não se está compadecendo das desigualdades regionais. Infelizmente, no Congresso não dá para reduzir isso a uma questão aritmética.

Nilson Holanda

Muito obrigado. Vamos ver aqui duas indagações dirigidas ao representante do BNDES, Dr. Régis Bonelli:

De Alexandre Borges Cabral, do BNB:

"Qual o papel da indústria no desenvolvimento nacional equilibrado e na diminuição das disparidades regionais, face aos novos paradigmas tecnológicas de globalização da economia mundial?"

E outra, de Luciano Nunes, do BNB:

"O que tem planejado o BNDES para acabar a defasagem tecnológica, educacional, qualidade de vida etc, existentes no Nordeste, nos próximos quatro anos do atual Governo?"

Régis Bonelli

Respondendo à primeira pergunta, sobre o papel da indústria no desenvolvimento nacional equilibrado, o BNDES tem uma política de apoiar, especialmente no seu programa de reestruturação, as indústrias intensivas em tecnologia. Não tem a preocupação regional que transparece no outro tipo de programa. Em nosso caso nós chamamos de Programa Nordeste Competitivo, que é para indústrias com vantagens competitivas inquestionáveis que tenham se implantado, ou venham a se implantar, ou estejam expandindo seu nível de atividades na região nordestina.

Agora, o papel da indústria no desenvolvimento nacional equilibrado é uma questão bastante ampla que eu teria de pensar com mais calma. Do ponto de vista da atuação do Banco, o que nós temos feito é isso. Temos feito uma ação dirigida para as vocações regionais, tanto quanto possível, e

atendendo sempre, e isso é algo que eu queria deixar claro, atendendo sempre a demanda que venha das regiões e da região Nordeste em particular. O BNDES não cria a sua própria demanda, não necessariamente, embora tenha programas com o enfoque prioritário para alguns setores.

A segunda pergunta tem a ver com o que o BNDES tem planejado para acabar com a defasagem tecnológica, educacional etc. Bom, nós temos, o BNDES, um programa de qualidade e produtividade com condições favorecidas para todo o Brasil, não tendo nenhuma prioridade explícita para o caso do Nordeste. Esse é um programa recente, cujas condições são favorecidas com relação aos demais programas do Banco, mas é algo geral, para todo o Brasil.

Quanto à qualidade de vida, temos, da mesma forma, um programa ambiental que é geral para o Brasil, mas tem também condições favorecidas. Especificamente no âmbito do Nordeste, com uma diferenciação regional, não existe nada explícito.

Nilson Holanda

A pergunta seguinte é dirigida aos deputados Benito Gama e Firmo de Castro, por Henrique Jorge, do BNB:

"O que se pode identificar como barreira para uma efetiva articulação política de caráter interpartidário, entre os representantes da comunidade nordestina com vistas a: 1º) Traçar e comprometer-se com uma política de desenvolvimento sócio-econômico para a Região, com ações claras e estruturadas, nas áreas industriais, agrícolas, de infra-estrutura, fiscal e de tecnologia. 2º) Nesse contexto, como V.Exa. inseriria o BNB e a SUDENE, nesse projeto?"

Benito Gama

Entendo que não há nenhuma barreira intransponível. Acredito que na Constituinte, como o Firmo falou há poucos instantes, nós da bancada do Norte, Nordeste e Centro-Oeste nos articulamos e conseguimos colocar na Constituição coisas da maior importância.

No setor público, a questão da redistribuição de rendas públicas, via Fundo de Participação dos Estados e Municípios, foi a maior vitória que alcançamos naquela ocasião, quando praticamente conseguimos dobrar o que havia de fundos de participação para o setor público nos Estados e Municípios.

Antes da Constituinte, havia o que se chamava o Fundo Especial, formado por 2% do IPI e do Imposto de Renda, para as regiões Norte e Nordeste e que era doado aos Estados e Municípios, a critério do Governo Federal. O Ministro de plantão chamava o governador e distribuía os recursos a seu critério, um critério aleatório, dependendo somente da vontade política do Ministro.

Naquele momento, quando a bancada daquelas regiões estava discutindo a problemática, nós fizemos uma Emenda transformando esses 2% que iam para o setor público e aleatoriamente para o Ministro - que depois foram acrescidos de 1% - num Fundo Institucional, alocando para o Banco do Nordeste, o Banco da Amazônia, o que é hoje o FNE, os fundos do Norte e o do Centro-Oeste.

Vários parlamentares constituintes aqui presentes, Firmo, Osmundo*, Prisco Viana, deputado José Maranhão, naquele momento, ajudaram muito nessa questão, lutamos muito por isso.

Então quando há, realmente, uma organização, uma estruturação da vontade política, com embasamento técnico - peço ao Banco do Nordeste e à SUDENE mais apoio nessa questão técnica - ela se desdobra em fatos concretos. Porque no Nordeste nós temos o discurso, mas nós temos também a grande causa. E hoje nós temos uma boa causa para lutar, uma boa causa para discutir, para gritar pelas nossas conquistas.

No primeiro semestre foi a questão das emendas da ordem econômica, no segundo semestre vamos nos reestruturar politicamente para tratarmos também da questão regional.

E as conquistas da Constituinte nós vamos transformá-las em realidade: a questão da regionalização da poupança, tão bem colocada aqui pelo ex-ministro Ângelo Sá. As poupanças hoje do Norte, Nordeste, Centro-Oeste

* Osmundo Evangelista Rebouças, deputado federal constituinte, atual Diretor de Planejamento e Articulação Institucional do BNB.

morrem, todo dinheiro do Brasil morre em São Paulo, ele acaba em São Paulo, de duas em duas horas pelo sistema eletrônico. Então, a regionalização da poupança é uma questão que nós temos de discutir. Igualmente a regionalização do orçamento, dos gastos do orçamento público, que está na Constituição, nós temos de transformar isso em prática.

Para se ter uma idéia, só para citar um exemplo e não ficar somente no discurso e na tese, o DNER, em 87 se não me engano, gastou 90% do seu orçamento de investimentos nos Estados que vão de Minas Gerais ao Rio Grande do Sul e, apenas, 10% para o Nordeste e para o Centro-Oeste. É inaceitável que se coloquem 10% de um orçamento nessas regiões contra 90% para outras regiões mais desenvolvidas. Claro que têm de ser diferenciadas. Não sou contra que se faça diferenciação, mas isso tem de ser visto também.

Então, a questão política é que é, realmente, o fundamental. Acho que é uma luta permanente, isso não esgota em um mandato, isso é um processo, um processo de uma geração que nós temos de continuar lutando. Já tivemos muitas conquistas, mas eu acho que falta muito ainda a conquistar para a Região Nordeste.

E, mais uma vez, gostaria de frisar que este é um momento muito oportuno, porque hoje temos todas as condições macroeconômicas e políticas para isso, e o Presidente Fernando Henrique Cardoso quer fazer essa revisão, quer fazer essa mudança de política, com relação às regiões do Brasil.

Para concluir, fugindo da pergunta, com relação ao Nafta, Prof. Werner, gostaria que o senhor quando fosse ao Governo dos Estados Unidos pensasse nisso, para que possamos concretizar a colocação do Nafta e do Nordeste juntos. Muito obrigado.

Firmino de Castro

Eu acrescentaria ainda um dado. Não quero dar um tom pessimista às minhas intervenções, mas acho que temos a responsabilidade de alertar para o nível de dificuldades que vemos a respeito das coisas.

Em princípio, não vejo maior barreira para uma mobilização no Congresso. De certo modo, acredito que vamos conseguir fazer isso nesse segun-

do semestre. Mas quero chamar a atenção para um dado que me parece fundamental. É que a variável regional está se tornando uma abstração cada vez maior. Com a integração da Federação por todos esses processos - econômicos, políticos etc. - o regional, que não é nenhuma instância formal de poder, se tornou algo cada vez mais vazio. Exemplo claro e tácito disso: não há hoje a menor condição de que venhamos a repetir aquele quadro político do início dos anos 50, quando a SUDENE era um somatório da expressão do poder político regional. Para lá corriam os governos dos estados e, aqui e ali, até os principais municípios.

Hoje os estados têm autonomia, têm vida própria, e a minha experiência de contato com o Estado, nesses 30 anos, me autoriza a dizer que muitos deles querem ter a sua sobrevivência administrada e a questão regional é uma questão que passa ao largo.

Essa é uma dificuldade que temos de ter consciência de que existe. Não existe instância de poder formal a nível regional. Nós temos União, estados e municípios. Esse poder regional só vai poder ser arregimentado, mesmo na informalidade, no momento em que ele puder congregiar as instâncias de poder formal inferiores a ele, no ponto de vista espacial, que seria o dos estados e municípios. Se não ocorre essa congregação, o exercício do poder regional não existe, é algo vazio.

Então, é fundamental que tenhamos consciência disso porque na nossa mobilização regional, muitas vezes nos dividem os interesses e as questões puramente estaduais e até municipais, que não estão, na maioria das vezes, subordinadas a uma questão regional.

Nilson Holanda

A questão seguinte é dirigida ao Senador Ronaldo Cunha Lima, de Zerbine Guerra de Medeiros, do BNB:

"O artigo 192 da Constituição Federal estabelece que os recursos da Região sejam operacionalizados pelo BNB, que é o Banco regional. Considerando que esses recursos no BNB, direta ou indiretamente, auxiliariam o desenvolvimento do Nordeste, de que forma podemos ser ajudados?"

Eu entendo que significa: de que forma podemos tornar concreta essa discussão constitucional?

Ronaldo Cunha

Eu me permito substabelecer ao deputado Benito Gama, porque é exatamente ele o Relator dessa matéria.

Benito Gama

Obrigado, Senador. Coincidentemente, eu sou o Relator da Comissão Especial que está discutindo a regulamentação de lei complementar do Art. 192. E essa questão dos depósitos, da regionalização, é fundamental. Dentro desse Art. 192, nós temos, realmente, vários temas da maior importância para o Sistema Financeiro Nacional, inclusive o Sistema Financeiro Regional.

Vamos discutir a questão dos bancos, dos bancos grandes, médios e pequenos, dos bancos estaduais, dos bancos regionais, como é o caso do Banco do Nordeste, dos bancos de investimentos, que usam os investimentos dos Estados, do BNDES que é o banco de investimentos nacional, e essa questão da regionalização também.

Vamos discutir seguro de crédito, poupança popular, vários e vários temas do Art. 192, inclusive a taxa de juros que lá está fixada em seu parágrafo terceiro, a questão dos 12%.

Eu lhe asseguro que nós vamos discutir isso com a maior atenção. Nós teremos uma discussão muito aberta e essa questão dos depósitos, da regionalização dos depósitos das entidades federais, é um dos pontos que nós vamos discutir e caminhar para uma solução que, realmente, seja uma solução definitiva.

É uma questão muito bem colocada, eu queria agradecer, para demonstrar, Senador, a importância que é a regulamentação do Art. 192, nesse momento. E na regulamentação vamos contar muito com o Banco do Nordeste, que nunca nos faltou nessa questão.

Nilson Holanda

Bom. A pergunta seguinte, para o Dr. Werner Bäer, já foi parcialmente respondida, mas, talvez, você queira acrescentar alguma coisa. É do Dr. Arillo Holanda:

"Em sua opinião, o que o Nordeste deve fazer para melhor se beneficiar do grande mercado do Nafta?"

Werner Bäer

Uma possibilidade, não sei se é possível. Por exemplo, o México, antes de entrar no Nafta, tinha essas áreas de "maquiladoras", que importaram, sem impostos, matérias-primas ou semi-acabadas, para serem acabadas dentro do México e reexportadas.

Talvez fosse possível, antes de entrar no mercado mais amplo do hemisfério do Leste, o Brasil negociar, ou com os Estados Unidos ou o Nafta, ou com a União Européia, uma situação especial para o Nordeste. Fábricas situadas no Nordeste que poderiam importar matérias semi-acabadas para serem acabadas aqui, com criação de muitos empregos, e reexportar sem uma barreira alfandegária, ou no Nafta ou na Europa. Seria uma entrada parcial em organizações internacionais mais amplas, do que simplesmente o MERCOSUL, mas que beneficiaria, inicialmente, só uma região menos privilegiada, como a Região Nordeste do Brasil.

Isso foi o que aconteceu no México. As "maquiladoras" estavam localizadas no norte do México, uma Região muito mais atrasada do que outras áreas do México. Mas é uma simples sugestão. Se é possível, politicamente, no cenário político internacional, eu não sei.

Nilson Holanda

Muito obrigado. A pergunta seguinte, também de natureza política, é dirigida ao deputado Firmo de Castro, por João Bosco Nogueira, do BNB.

"É exagerado pensar-se no risco de uma desagregação geopolítica no grande cenário que se desenha, sem a presença do Estado como um elemento mantenedor do equilíbrio?"

Firmino de Castro

Bom, eu não acredito. Acho que mesmo diante do quadro de não redução de disparidades, e de um processo de integração intercontinental de mercados, ou de globalização que possa ser perverso nas regiões periféricas, ainda assim, eu não acredito que nós enveredaríamos por qualquer processo de dilaceração da sociedade, da nação, da federação brasileira.

Nilson Holanda

Muito obrigado. As duas perguntas seguintes são dirigidas ao Deputado B. Sá, por Tomaz de Aquino e Silva Filho, do Sindicato dos Bancários do Ceará:

"Como o Governo FHC poderá compatibilizar os interesses do grande capital internacional, que rege a globalização da economia, com o atendimento às carências da grande maioria da população brasileira, em particular a nordestina, submetida a indicadores sociais criminosos? Para resgatar essa imensa dívida social é preciso muito dinheiro. De onde virão os recursos? De um súbito surto de generosidade dos capitalistas, ou do já espoliado bolso da classe média, asfixiada pelos impostos altos e salários baixos?"

E uma outra pergunta de João Gomes Silva, do BNB, que diz:

"Deputado, confiante em sua inteligência e dinamismo, pergunto se V.Sa. estaria disposto a encampar a idéia do SOS Nordeste".

Deputado B. Sá

Aos meus perquiridores, eu gostaria de fazer algumas observações, em cima das indagações colocadas. Veja bem, nós estamos com um Governo de pouco mais de 6 meses. Um Governo que promove a tentativa de abrir a autonomia do Estado, através de privatizações.

Já foi colocado aqui, pelo Senador Ornellas e pelo Dr. Ângelo Calmon, que, havendo a privatização, esse recurso pode ser empregado muito bem. É

uma fonte de recurso, tanto interna como externa - não interessando que seja de capital internacional ou nacional - para que se possa, dentro de uma decisão política ajuizada, fazer com que as áreas mais deprimidas economicamente, como o Nordeste, possam ser desenvolvidas.

Entendo que no instante em que o Governo necessita estabilizar a sua economia e, particularmente, a sua moeda, nós teremos sacrifícios de alguns setores, sacrifícios ainda maiores, porque os problemas que aí estão foram se acumulando, ao longo de vários governos, e as tentativas feitas para contornar esses problemas foram inúteis, exatamente porque sempre encontravam o famoso "jeitinho brasileiro".

Os problemas foram se acumulando e chegamos ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, com uma vasta experiência não só nacional mas também internacional, que poderia perfeitamente ficar no Governo, como ficou Carlos Salinas, gastando o dinheiro do País, queimando as suas reservas, as suas divisas, na farra das importações, sem mais nem menos, e depois de 4 anos teríamos uma frustração brutal, como aconteceu no México.

Acho que o Presidente está tomando essas medidas impopulares, que são, evidentemente, mais sentidas por nós, da classe média, mas que são necessárias, uma vez que - não podemos esquecer - há uma gama imensa que está satisfeita, porque lá no interior com 5 reais no bolso uma família pode perfeitamente fazer a sua compra de uma semana e até de 10 dias.

Isto é uma realidade que está em todo o País. Então temos é de esperar, no momento oportuno, que essas reformas se refletirão, também, em favor de outras categorias da população.

Com relação ao **SOS Nordeste**, já estamos inseridos nesse contexto, uma vez que o deputado eleito por um Estado que tem profundas dificuldades e, como já foi dito aqui, talvez o meu Estado seja o mais pobre da Federação, não pode deixar de se engajar.

Foi dito aqui, pelo Firmo de Castro, que o Congresso Nacional tem representações muito diversas, representações de interesses os mais variados. Mas não podemos esquecer que os que lá estão são, antes de tudo, os representantes de todo o povo brasileiro.

E uma forma maior de termos uma representação cada vez mais comprometida com os problemas, não só de uma Região mas do País como um todo, é que tenhamos um eleitor cada vez mais consciente da sua forma de votar. Não podemos ter um Congresso Nacional em que boa parte dos representantes de muitas regiões do País sejam eleitos, única e exclusivamente, pelo poder monetário.

Nilson Holanda

Bom. E para concluir essa parte de debates, nós temos aqui duas indagações, que podem ser integradas. A primeira delas é dirigida ao Ministro Cícero Lucena, por Julimar Andrade Vieira, do BNB:

"Vários oradores usaram a expressão 'decisão política', como fator indispensável ao desenvolvimento nordestino. Entendo que 'decisão' pressupõe debate. A bancada parlamentar do Norte vem realizando reuniões periódicas, com a participação inclusive dos governadores estaduais, para o debate de questões regionais relevantes. Pergunto: no seu entendimento seria importante a realização de reuniões da espécie, pelos parlamentares e governadores nordestinos? Em caso afirmativo, a quem caberia liderar o movimento de rearticulação da bancada nordestina?"

E a outra questão, de Lucélio Furtado Pinto, do BNB, que está relacionada e é dirigida à mesa como um todo, diz o seguinte:

"Os fundos constitucionais foram aprovados com a união de esforços dos políticos das regiões mais pobres. Segundo Ângelo Calmon, o problema do Nordeste é político. Portanto, perguntamos à mesa: quais as dificuldades, no momento, para a união dessas forças políticas para elaborar um projeto econômico e social para essas regiões?"

Cícero Lucena

Inicialmente, é importante registrar o efetivo trabalho da Região Norte, quando, em parceria com os governos dos estados e a própria bancada, vem desenvolvendo várias ações de organização das reivindicações para o desen-

volvimento daquela Região. Sem dúvida nenhuma, os órgãos regionais de desenvolvimento estão à disposição para participarem desse trabalho, com sua capacidade técnica, não só articulando mas também - em conjunto com o Governo Federal, os governos dos Estados, as classes política e empresarial e a sociedade civil organizada como um todo - para encontrar as propostas e, conseqüentemente, as soluções para esses problemas.

Devo dizer que é uma missão e tarefa dos órgãos regionais e a SUDENE, ao lado do BNB, deve ser um fórum onde sejam debatidas, discutidas e encontradas formas de procedimento e ação na busca do desenvolvimento regional.

A SUDENE exerce um papel que, em determinado instante, foi muito configurado como simples repassador dos recursos do FINOR, quando, na verdade, o grande papel da SUDENE, para o qual foi criada e que desenvolveu por um certo período, é exatamente o de coordenar o planejamento regional e, principalmente, dentro da orientação e da definição do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que essa coordenação seja participativa.

Então, é dessa forma que compreendemos e desejamos que seja estabelecido o modelo participativo do planejamento regional, sendo devidamente integrado no planejamento nacional.

Nilson Holanda

Muito obrigado. Eu pediria, então, ao Ministro para encerrar a parte do painel, após o que o Senhor Governador encerrará a reunião.

Cícero Lucena

Quero mais uma vez agradecer ao BNB por estarmos, no seu aniversário, discutindo assunto de relevância para o nosso desenvolvimento. Agradeço a todos os participantes desse Fórum e considero encerrados os trabalhos pela parte da manhã, passando a palavra para o Governador em exercício, Dr. Cid Gomes.

Cid Gomes

Na incumbência de encerrar os trabalhos deste primeiro turno, gostaria de pedir permissão para fazer algumas rápidas observações. A primeira delas, para parabenizar o Banco do Nordeste do Brasil pela passagem do seu 43º aniversário e parabenizar, mais ainda, pela forma como comemora esta passagem.

Gostaria de lembrar aqui um fato que aconteceu durante a redemocratização do País, em 1946. E como a história sempre se repete, ou pelo menos parte dela, gostaria de deixar aqui a citação do fato. Travava-se, naquela oportunidade, um debate sobre reforma tributária como inicia-se agora em nosso País. E, naquele momento, houve participação nesse debate de dois deputados, ou representantes no Congresso Nacional da bancada nordestina.

Paralelo a esse debate, aconteceu o assassinato de um líder de uma tribo rebelde da Etiópia. E quatorze representantes nordestinos se pronunciaram no Congresso Nacional sobre o fato. Isso marcou, à época, um certo diletantismo da elite política da nossa Região, que não dá o devido tratamento, a devida prioridade às questões que se colocam com mais relevância.

Vejo, no entanto, hoje, com um misto de satisfação e preocupação, a nossa conduta. Satisfação, porque compreendo, e isso pode-se detectar claramente, que há uma unanimidade no diagnóstico em relação aos problemas do Nordeste: passa fundamentalmente pela questão política.

E isso, acredito, está na consciência, se não do povo, como lembrou o nosso mestre dos Estados Unidos, está na cabeça dos que fazem a elite pensante, política desta Região. No entanto, falta uma proposta.

Eu vi aqui muito se questionar, se criticar as propostas existentes. E é fundamental que parta, aqui do Nordeste, uma proposta para a reforma tributária que atenda aos interesses do Nordeste. Isso é fundamental e, com certeza, as Universidades - e aqui está o Reitor da Universidade Federal do Ceará -, têm um grande papel a contribuir nessa questão.

É fundamental que essas duas entidades, mais a SUDENE, se envolvam, e discutam, e coloquem uma proposta que, fundamentalmente, possa restaurar a capacidade de o Estado investir e ser um agente propulsor do desenvolvimento e que também contemple, de forma inequívoca, um projeto,

um programa estratégico nacional, com ênfase para a redução dos desequilíbrios regionais.

Esse é o desafio que nos está reservado e, sem dúvida, temos quem possa, de fato, elaborar um projeto conseqüente nesse sentido.

Por último, outra observação também em relação a essa questão: de uma instância para se dirimir, para se discutir as questões regionais. E aqui lanço a proposta, apenas como um ponto para ser discutido, sem dúvida, muito polêmico. O nosso Senado não tem mais um papel, ou está exaurido no seu papel. Seria fundamental que, em nome de se criar essa instância, se extinguisse o Senado e se criasse uma instância regional.

A proposta ideológica, a proposta programática já está aí sendo colocada pelo grande jurista Dr. Paulo Bonavides, que tem um trabalho sobre o regionalismo federal. Podíamos pegar, a partir dessa idéia que ele tem, e criar essa instância que, sem sombra de dúvida, seria importantíssima para que pudéssemos construir um Brasil melhor para as próximas gerações.

Está encerrado este turno de trabalho, lembrando a todos o reinício às 14h30. Muito obrigado.